



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

**MARIA EDUARDA ALMEIDA OLIVEIRA**

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS E O SEU PAPEL DE CENTRALIDADE  
NA SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA**

2025

Salvador, Ba

MARIA EDUARDA ALMEIDA OLIVEIRA

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS E O SEU PAPEL DE CENTRALIDADE  
NA SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado em Urbanismo, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I - Campus Salvador, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto;  
Co-orientador: Prof. Dr. Muniz Antônio dos Santos Filho.

2025  
Salvador, Ba

**MARIA EDUARDA ALMEIDA OLIVEIRA**


**SANTO ANTÔNIO DE JESUS E O SEU PAPEL DE CENTRALIDADE  
NA SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado em Urbanismo, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I - Campus Salvador, da Universidade da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto;  
Co-orientador: Prof. Dr. Muniz Antônio dos Santos Filho.


Aprovado em 19/12/2025

**BANCA EXAMINADORA:**

Documento assinado digitalmente  
 **AGRIPINO SOUZA COELHO NETO**  
Data: 26/12/2025 12:22:45-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto (Orientador)  
Doutor em Geografia (UFF)  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Documento assinado digitalmente  
 **ELTON ANDRADE DOS SANTOS**  
Data: 26/12/2025 14:56:42-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Elton Andrade dos Santos (Membro Externo)  
Mestre em Estudos Territoriais (UNEB)  
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

Documento assinado digitalmente  
 **NATALIA MORENA LAGE SILVA**  
Data: 26/12/2025 14:17:19-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Natália Morena Lage Silva (Membro Externo)  
Mestre em Estudos Territoriais (UNEB)  
Instituto Federal da Bahia (IFBA)

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Josiene e Joaquim, deixo minha gratidão mais profunda. Obrigada por serem minha base, meu exemplo e meu porto seguro em todos os sentidos. Cada sacrifício, cada conselho, cada gesto silencioso de amor me trouxe até aqui. Com vocês aprendi sobre coragem, caráter e persistência, Vocês foram o abraço certo nos dias difíceis e o incentivo necessário nos momentos de dúvida. Tudo o que conquistei carrega um pedaço do esforço e da dedicação de vocês.

Ao meu orientador, Dr. Agripino de Souza Coelho Neto, e ao meu co-orientador, Muniz Antonio dos Santos Filhos, sou imensamente grata pela paciência, pelo compromisso e pelas orientações que deram forma e direção a este trabalho. A dedicação de vocês fez toda a diferença para que esta pesquisa se concretizasse.

Agradeço ao meu parceiro, Vanderson Antônio, que foi não apenas meu apoio emocional, mas também meu colega de pesquisa. Dividimos cada etapa, as dúvidas, as descobertas, as noites cansativas e as pequenas vitórias que nos mantiveram firmes. Obrigada por compartilhar o peso e a leveza desse processo comigo. Caminhar ao seu lado tornou tudo mais possível.

Às minhas irmãs, Ana Carolina e Vanessa, e ao meu cunhado Adailton, agradeço por estarem sempre torcendo por mim, e comemorando até mesmo as minhas pequenas vitórias. Sou muito grata por ter vocês ao meu lado.

À minha família, que foi meu alicerce durante todo esse percurso. Cada palavra de incentivo, cada gesto de cuidado fizeram com que eu encontrasse forças mesmo nos dias em que a exaustão parecia maior do que a vontade de continuar.

Por fim, aos amigos que fiz durante esse percurso, agradeço pela companhia verdadeira. Vocês acolheram minhas angústias, dividiram risos nos momentos de respiro e me lembraram, tantas vezes, que eu não estava sozinha. Ter encontrado pessoas tão leves e sinceras foi um dos melhores presentes nesta jornada.

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1: População residente por situação de domicílio, taxa de urbanização e taxa de crescimento dos municípios selecionados.....	33
Tabela 2: Postos de emprego formal distribuídos por setores de atividade econômica e percentual de empregos vinculados à Administração Pública dos municípios selecionados 2017.....	37
Tabela 3: Indicadores Econômicos (PIB, PIB Per capita, IDHM, Balança Comercial, Índice de Vulnerabilidade Social).....	41
Tabela 4: Contas Municipais completas do Município de Santo Antônio de Jesus...	43
Tabela 5: Índice de Atração dos municípios da região de Influência de Santo Antônio de Jesus (Ba).....	50
Tabela 6: Distribuição de Estabelecimento por setor de atividade.....	57
Tabela 7: Distribuição de Estabelecimento por porte (Ativas em 2024).....	60
Tabela 8: Estabelecimentos de Serviços (educação, saúde e bancários).....	64
Tabela 9: Participação dos setores de atividade na economia de Santo Antônio de Jesus.....	67

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Classificação das Unidades descentralizadas de gestão pública em níveis de gestão.....	46
--	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização de Santo Antônio de Jesus e demais municípios de sua Região de Influência no ano de 1972.....	51
Figura 2 - Mapa de localização de Santo Antônio de Jesus e demais municípios de sua Região de Influência no ano de 1987.....	52
Figura 3 - Mapa de localização de Santo Antônio de Jesus e demais municípios de sua Região de Influência no ano de 1993.....	52
Figura 4 - Mapa de localização de Santo Antônio de Jesus e demais municípios de sua Região de Influência no ano de 2007.....	53
Figura 5 - Mapa de localização de Santo Antônio de Jesus e demais municípios de sua Região de Influência no ano de 2018.....	53

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CIDADE, CENTRALIDADE E REDE URBANA: UM OLHAR SOBRE PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES.....	18
2. SANTO ANTÔNIO DE JESUS: GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DINÂMICAS REGIONAIS.....	26
2.1 Contextualização Histórica e Geográfica de Santo Antônio de Jesus.....	27
2.2 Caracterização das cidades da região de influência.....	31
3. SANTO ANTÔNIO DE JESUS: CENTRALIDADE, POLARIZAÇÃO E INFLUÊNCIA REGIONAL.....	46
3.1 A área de influência regional de Santo Antônio de Jesus: um olhar pelo viés da REGIC.....	46
3.2 Centralidade e polarização de Santo Antônio de Jesus.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
Referências.....	78

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BA-026 – Rodovia Estadual BA-026  
BA-245 – Rodovia Estadual BA-245  
BR-101 – Rodovia Federal BR-101  
CEMPRE – Cadastro Central de Empresas  
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
FGV – Fundação Getulio Vargas  
IA – Índice de Atração  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano  
ISS – Imposto Sobre Serviços  
ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis  
IVS – Índice de Vulnerabilidade Social  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIB per capita – Produto Interno Bruto per capita  
REGIC – Regiões de Influência das Cidades  
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar o papel de centralidade e o efeito de polarização exercidos pela cidade de Santo Antônio de Jesus, em sua região de influência. A pesquisa parte dos fundamentos teóricos da rede urbana, da centralidade e das regiões funcionais, com base em autores clássicos como Christaller (1933), Corrêa (1988, 2004) e Bessa (2005), buscando compreender como a cidade articula fluxos econômicos, sociais e de serviços com os municípios vizinhos. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem descritivo-analítica, combinando dados quantitativos e qualitativos obtidos em fontes oficiais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC). A análise foi estruturada a partir de indicadores demográficos, econômicos e sociais, apresentados em tabelas que permitiram avaliar a urbanização, o emprego formal, o produto interno bruto, o índice de desenvolvimento humano e as vulnerabilidades sociais da região. Os resultados revelam que Santo Antônio de Jesus se destaca como principal polo econômico e de serviços, concentrando atividades comerciais, educacionais, de saúde e financeiras que atraem fluxos diários de pessoas e bens. A expressiva diversificação econômica e a posição geográfica estratégica, situada no entroncamento de rodovias estaduais e federais, reforçam sua função de cidade média articuladora da rede urbana regional. Contudo, o estudo também evidencia a forte desigualdade entre o polo e os municípios de menor porte, cuja dependência administrativa e econômica limita o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** centralidade urbana; rede urbana; polarização regional; relações funcionais; Santo Antônio de Jesus.

## ABSTRACT

This Final Course Work aims to analyze the role of centrality and the effect of polarization exerted by the city of Santo Antônio de Jesus, in its region of influence. The research is based on the theoretical foundations of the urban network, centrality and functional regions, based on classic authors such as Christaller (1933), Corrêa (1988, 2004) and Bessa (2005), seeking to understand how the city articulates economic, social and service flows with neighboring municipalities. Methodologically, the study adopts a descriptive-analytical approach, combining quantitative and qualitative data obtained from official sources, such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Superintendence of Economic and Social Studies of Bahia (SEI), the Institute of Applied Economic Research (IPEA) and the Regions of Influence of Cities (REGIC) research. The analysis was structured based on demographic, economic and social indicators, presented in tables that allowed for the assessment of urbanization, formal employment, gross domestic product, human development index and social vulnerabilities in the region. The results reveal that Santo Antônio de Jesus stands out as a major economic and service hub, concentrating commercial, educational, health, and financial activities that attract daily flows of people and goods. Its significant economic diversification and strategic geographic location, situated at the intersection of state and federal highways, reinforce its role as a medium-sized city connecting the regional urban network. However, the study also highlights the strong inequality between the hub and smaller municipalities, whose administrative and economic dependence limits local development.

**Keywords:** urban centrality; urban network; regional polarization; Functional Relations; Santo Antônio de Jesus.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo visa analisar o papel de centralidade regional desempenhado pela cidade de Santo Antônio de Jesus, localizada no Recôncavo Baiano, estado da Bahia, Brasil. Partindo do conceito de centralidade urbana, conforme definido por Christaller (1933) em sua Teoria dos Lugares Centrais, que entende a centralidade como a capacidade de um centro urbano se destacar enquanto núcleo relevante para a oferta de serviços, comércio e atividades econômicas à população de sua região, esta pesquisa busca compreender de que maneira Santo Antônio de Jesus exerce influência sobre as cidades de sua região de influência e articula-se na rede urbana regional. Além disso, o estudo procura identificar os fatores que consolidam sua posição central, considerando tanto os aspectos econômicos quanto institucionais e de infraestrutura que potencializam sua função de polo regional.

Nesse contexto, o trabalho tem como objetivo geral analisar o papel da centralidade e o efeito de polarização de Santo Antônio de Jesus em sua região de influência. Para tanto, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: revisar as teorias e conceitos relacionados à rede urbana, centralidade, polaridade e relações funcionais; caracterizar, sob a perspectiva geográfica e histórica, o município-cidade de Santo Antônio de Jesus; e investigar os efeitos de polarização que a cidade exerce sobre as cidades da sua região de influência, considerando os fluxos de bens, serviços e pessoas. Dessa forma, o estudo busca compreender como os fatores históricos, econômicos, sociais e infraestruturais consolidam Santo Antônio de Jesus como polo central e articulador da dinâmica urbano-regional.

A cidade tem sido estabelecida, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como um polo regional de comércio e serviços, impactando significativamente as cidades vizinhas em uma área geográfica onde predominam cidades pequenas e médias. Esse estudo limita-se a analisar o papel de Santo Antônio de Jesus, especificamente em termos de sua capacidade de integrar fluxos de pessoas, bens e serviços. A escolha da cidade baseia-se na sua relevância como centro de referência na região, ocorrendo em setores essenciais como o comércio varejista, saúde, educação e serviços conforme mostrado pelo estudo realizado pelo IBGE sobre Regiões de Influência das Cidades (REGIC) em 2007 e 2018.

Nesse contexto, Santo Antônio de Jesus constitui um exemplo significativo de centro urbano, no estado da Bahia, que se consolidou a partir de múltiplas conexões funcionais, articulando uma rede de cidades. Seu papel como polo regional é construído historicamente por meio de sua vocação comercial e pela oferta de serviços especializados, sobretudo nas áreas de saúde, educação e comércio, que ultrapassam os limites do seu território municipal e atraem fluxos populacionais constantes oriundos de cidades vizinhas (SILVA, 2021).

A formação de Santo Antônio de Jesus, situada no Recôncavo Baiano, tem suas origens no século XVII, quando, segundo Quadros (2009), o povoado surgiu nas margens do rio Sururu, em torno de um oratório dedicado ao santo que dá nome à cidade. Inicialmente vinculada à economia agrária, com destaque para a produção de cana-de-açúcar e mandioca, a localidade foi elevada à categoria de vila em 1880, desmembrando-se de cidades vizinhas. O processo de consolidação como núcleo regional de comércio e serviços foi intensificado durante o século XX, com a chegada da energia elétrica e a modernização das vias de transporte, transformando a cidade em um polo econômico importante na Bahia.

Desta forma, a consolidação dessa centralidade regional está relacionada à sua posição geográfica estratégica, situada no entroncamento de importantes eixos de circulação, como a BR-101 e a BR-324. Essa localização favorece não apenas o escoamento de mercadorias, mas também o deslocamento cotidiano de pessoas do entorno regional em busca de bens e serviços oferecidos pela cidade. Como destacam Souza e Souza (2012), o município assume posição de destaque na dinâmica regional ao desempenhar funções urbanas que extrapolam a escala local, promovendo a articulação de fluxos econômicos e sociais e consolidando-se como referência para o atendimento das mais diversas necessidades do entorno.

No ano de 1972, o IBGE publicou um estudo intitulado “Divisões do Brasil em regiões funcionais urbanas” que posteriormente passaria a adotar o nome “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC). Este estudo tem como base a organização do espaço urbano brasileiro fundamentada na lógica das redes de interação entre as cidades, nas quais os fluxos de pessoas, bens, serviços e informações estruturam a hierarquia e a funcionalidade dos centros urbanos. Esse arranjo é traduzido por meio do conceito de região de influência, que corresponde à área sob a qual uma cidade

exerce poder de atração e comando sobre as demais, refletindo sua capacidade de polarização em distintas escalas (IBGE, 2020).

Tais relações não são definidas apenas por critérios administrativos ou recortes institucionais, mas sobretudo pelas conexões funcionais estabelecidas entre os núcleos urbanos, evidenciando a existência de sistemas complexos e interdependentes. No interior dessa rede, destacam-se centralidades diversas, que se distribuem desde grandes metrópoles até centros locais, compondo uma malha urbana articulada por funções econômicas, sociais e político-administrativas (IBGE, 2020).

Esse modelo de análise é essencial para a compreensão do papel das chamadas cidades médias, que operam como elos intermediários entre os polos regionais e as pequenas centralidades. Nesse contexto, a pesquisa REGIC, desenvolvida pelo IBGE, oferece um referencial empírico e metodológico fundamental para a delimitação e classificação dessas centralidades, a partir da qual é possível compreender a posição que determinados centros urbanos, como Santo Antônio de Jesus, ocupam na rede urbana brasileira (IBGE, 2020).

A sua Região de Influência, conforme ao REGIC (2020), é composta por 21 (vinte e uma) cidades, sendo elas: Santo Antônio de Jesus, classificado como centro sub-regional A; Castro Alves e Gandu classificado como centro de zona B e as cidades de Santa Terezinha, Itamari, Nova Ibiá, Piraí do Norte, Wenceslau Guimarães, Aratuípe, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Muniz Ferreira, Mutuípe, Nazaré, São Felipe, São Miguel das Matas, Ubaíra, Varzedo, classificados como centro local.

Segundo o REGIC, os centros sub-regionais (A e B) caracterizam-se por oferecer atividades de gestão menos complexas, com áreas de influência menores em comparação com as capitais Regionais. Esses centros estão associados a um porte populacional médio de aproximadamente 85 mil habitantes no âmbito nacional. Já os centros de zona (A e B) apresentam níveis ainda menores de atividades de gestão, polarizando um número reduzido de cidades vizinhas. Sua capacidade de atração baseia-se, predominantemente, nas relações de proximidade, atendendo às demandas locais por comércio e serviços. Em termos populacionais, esses centros possuem, em média, 30 mil habitantes. Por fim, os centros locais limitam sua

influência aos próprios limites territoriais, com baixa concentração e uma menor complexidade nas atividades desenvolvidas (Coelho Neto, 2025).

As discussões de Roberto Lobato Corrêa (1988, 2004) e Kelly Cristine Bessa (2005), sobre a rede urbana brasileira oferecem uma visão rica e detalhada da complexidade e movimento constante do espaço urbano em um país de dimensões continentais como o Brasil. Segundo Corrêa (1988), a rede urbana vai muito além de um simples conjunto de conexões entre cidades; ela reflete diretamente a maneira como o trabalho e as atividades econômicas se distribuem pelo território. Em outras palavras, essa rede não apenas facilita a circulação de bens e serviços, mas também revela e intensifica as desigualdades socioeconômicas entre diferentes regiões.

Por outro lado, Bessa (2005) traz um olhar específico sobre as transformações que ocorreram a moldar essa rede urbana a partir dos anos 1970, com o impacto da globalização e do avanço tecnológico. Nesse contexto, as cidades médias passaram a ganhar relevância ao se tornarem pontos estratégicos no território, atuando como alternativas de crescimento para além das grandes metrópoles. Essas cidades, antes mais periféricas, passaram a atrair investimentos e a contribuir para um desenvolvimento regional mais equilibrado.

As concepções de Corrêa (1988, 2004) e Bessa (2005) se alinham aos conceitos de centralidade e polaridade de Walter Christaller, fundamentais para compreender como as cidades e regiões se organizam e se desenvolvem de forma econômica e espacial. A centralidade, conforme Christaller (1933), reflete a capacidade que algumas cidades ou regiões têm de se tornarem núcleos de serviços e atividades econômicas especializadas, influenciando as áreas vizinhas e reforçando seu papel dentro de uma rede urbana mais ampla. Essa estrutura hierárquica, em que os centros maiores influenciam os menores, facilita a circulação de bens e serviços e favorece a integração econômica.

A polaridade, por sua vez, está associada à criação de polos econômicos que concentram atividades produtivas e recursos, criando uma relação de dependência com as regiões ao redor. De acordo com a teoria dos polos de crescimento de François Perroux, como explica Lima (2003), o crescimento econômico tende a ocorrer de forma técnica em alguns pontos específicos, os chamados polos, que atraem investimentos e geram efeitos de encadeamento nas áreas próximas. Esses

polos, ao mesmo tempo que promovem o desenvolvimento, também intensificam as desigualdades regionais, pois as áreas periféricas acabam ficando economicamente dependentes

Dessa forma, enquanto Corrêa (1988, 2004) enfatiza a complexidade estrutural da rede urbana e sua relação com a divisão territorial do trabalho, Bessa (2005) ressalta o papel transformador das cidades médias dentro do sistema urbano brasileiro contemporâneo. Ambos os autores, portanto, convergem com as ideias de centralidade e polaridade, destacando como a rede urbana se organiza de maneira desigual, com alguns centros exercendo forte influência e polarização sobre o contexto regional circundante. Esses centros se configuram como polos de desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, também intensificam as disparidades regionais, criando uma dinâmica onde o crescimento econômico e as desigualdades caminham.

Diante do exposto, o estudo em questão tem como finalidade analisar a condição de centro polarizador da cidade de Santo Antônio de Jesus, no contexto da sua região de influência; tendo como problema central: “Qual é o papel de Santo Antônio de Jesus como cidade-polo em sua região de influência e quais são os fatores específicos que sustentam essa centralidade?”. A investigação visa compreender de que forma a cidade atua como um centro de convergência para fluxos de bens, serviços e pessoas, e explorar o impacto dessas atividades na estrutura social e econômica das cidades vizinhas.

A pesquisa será conduzida em três etapas principais, seguindo uma abordagem qualiquantitativa que combina métodos qualitativos e quantitativos, com o objetivo de oferecer uma compreensão abrangente do fenômeno investigado. A primeira etapa consiste na revisão teórica, abordando conceitos centrais como rede urbana, regiões funcionais, centralidade, polaridade e características das cidades médias e pequenas, com ênfase na região de influência de Santo Antônio de Jesus, assegurando embasamento para as análises subsequentes. A segunda etapa envolve a análise de dados secundários provenientes de fontes confiáveis, como Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IPEA, 2013), IBGE – Cidades (2022), SEI – Estatísticas dos municípios Baianos (2018), e-MEC (2023), FEBRABAN (2023) e CNESWeb (2023), permitindo a caracterização socioeconômica, demográfica e

funcional da cidade e sua região de influência. Por fim, a terceira etapa compreende o tratamento, sistematização e interpretação dos dados coletados, articulando informações quantitativas com o referencial teórico, por meio de técnicas estatísticas que possibilitam a construção de mapas, tabelas, gráficos e quadros, viabilizando uma análise detalhada do papel de Santo Antônio de Jesus como cidade-polo regional.

## **1. CIDADE, CENTRALIDADE E REDE URBANA: UM OLHAR SOBRE PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES**

Para Castells (1975), a cidade é um espaço de conflito e luta de classes, onde se manifestam as desigualdades sociais e os interesses divergentes das diferentes classes sociais. Ademais, Castells enfatiza que as cidades são os centros de poder e decisão, onde as elites econômicas e políticas exercem controle sobre a sociedade e definem os rumos do desenvolvimento urbano e das políticas públicas.

Lefebvre (2016) , por sua vez, aponta que a cidade sempre teve ligação direta com a sociedade em seu conjunto. Desta forma, a cidade muda conforme a sociedade muda, não sendo estas mudanças advindas de uma globalização social pacífica. Lefebvre também ressalta a dependência das cidades pelas relações de imediatividade, e das relações diretas entre pessoas e grupos que compõem a sociedade, de modo que a cidade comporta princípios morais e jurídicos.

Segundo Harvey, “O caráter fundamental das cidades atuais reflete as características das sociedades que as criaram/moldaram” (apud Bacelar, 2012, p. 82), sendo esta a forma de reconhecer a cidade. Assim, o conceito adquire maior amplitude, pois abrange todas as variações de cidades, independentemente do período histórico. No entanto, ao analisar as pequenas cidades, surge a questão sobre quais aspectos as enquadram nessa terminologia.

A noção de pequena cidade, quando considerada sob determinado modo de vida, baseia-se em um conteúdo de natureza em certa medida subjetiva. Frequentemente, para os habitantes das grandes cidades, as pequenas cidades não são percebidas como áreas urbanas; entretanto, para aqueles que vivem nesses espaços ou mesmo em áreas rurais, tais localidades são reconhecidas como urbanas (Soares e Melo, 2010).

Entretanto, Bacelar ressalta que as pequenas cidades, sobretudo aquelas que dependem de verbas provenientes da União, não podem ser desconsideradas como cidades apenas por não apresentarem a mesma dinâmica observada nas médias e grandes. Afinal, “[...] mesmo não dinâmicas ainda são redutos da acumulação capitalista” (Bacelar, 2009, p. 8).

Dessa forma, Bacelar (2009) destaca que, no aspecto funcional e administrativo, as pequenas cidades se caracterizam por apresentarem uma base produtiva e de empregos reduzida. Nessa condição, grande parte da população passa a depender de rendas provenientes de empregos ligados às prefeituras e do assistencialismo municipal.

As pequenas cidades, por dependerem principalmente dos repasses federais e estaduais, frequentemente apresentam uma quantidade e qualidade reduzidas de serviços públicos. Devido à limitada circulação de capital e à escassez de serviços variados para a população, cabe à prefeitura a responsabilidade de oferecê-los (Bacelar, 2009).

Sob outro enfoque, quando essas cidades não dependem exclusivamente dos repasses públicos, elas apresentam pouca diversidade em sua funcionalidade, frequentemente concentrando-se em uma única função. “Assim, as cidades pequenas são muito mais diversas: cidades rurais, agrárias, industriais, comerciais, universitárias, dormitórios ou nenhuma das anteriores” (Wendel, 2012, p. 65). Isso contrasta com as grandes e médias cidades, que possuem uma gama mais ampla de funções, incorporando um pouco ou muito de tudo em suas localidades.

Para Corrêa (2011), às cidades pequenas se caracterizam principalmente pelo exercício da centralidade em seu território municipal, sua hinterlândia, apresentando uma população mais dispersa e estando diretamente vinculadas às atividades agrárias. Embora o tamanho populacional não seja o critério mais adequado para definir pequenas cidades, Corrêa (2011) ressalta que centralidade e tamanho demográfico estão relacionados, aquelas com papel de centralidade classificadas como centros locais, geralmente possuem entre 20.000 e 30.000 habitantes pois esse tamanho costuma corresponder a um conjunto de serviços básicos capaz de atender apenas às necessidades imediatas da própria população e de áreas rurais próximas.

No que tange às cidades médias, o termo tem sido, em grande parte da literatura, associado ao critério demográfico, embora seus limites variem no tempo e no espaço. Nos anos 1940, cidades com 20 mil habitantes já eram consideradas médias, enquanto, na década de 1970, esse status passou a ser atribuído a centros com pelo menos 100 mil residentes (Santos, 1993). No contexto brasileiro recente, Branco (2007) delimita a faixa entre 100 mil e 350 mil habitantes. Tais critérios, contudo, não são universais, pois o porte populacional é um parâmetro arbitrário, nem sempre suficiente para caracterizar funcionalmente uma cidade média, que deve ser compreendida também a partir de sua complexidade econômica, social e do papel que exerce na rede urbana (Araújo; Moura; Dias, 2011).

Embora a dimensão populacional seja um critério recorrente e relevante para a caracterização dessas cidades, autores como Corrêa (2007) defendem que apenas a combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização intraurbana permite uma definição mais completa. Em concordância, Soares (1999) acrescenta parâmetros como intensidade das relações intraurbanas e com o campo, indicadores de qualidade de vida e infraestrutura, relações externas e comando regional, além do papel de intermediação, ressaltando ainda que muitas dessas cidades se destacam como espaços de produção intelectual ou de apoio às atividades agrícolas, podendo inclusive se especializar.

Conforme Conte (2013) e Sposito (2007), essas cidades tornaram-se fundamentais para equilibrar a rede urbana, desempenhando funções de intermediação entre pequenas e grandes cidades, além de articular fluxos em diferentes escalas. Em conformidade com esse argumento, Davidovich (1993) aponta que tais cidades possuem crescimento econômico e funcionalidade complexa, destacando-se como polos estratégicos de logística, serviços e atividades especializadas. As cidades médias são marcadas por uma especialização funcional e produtiva, conforme destaca Silveira (2002), que ressalta o papel dessas cidades na reestruturação industrial e no surgimento de novas atividades agrícolas e empreendedoras. Tal especialização promove uma reconfiguração da funcionalidade urbana, ampliando a divisão territorial do trabalho e inserindo essas cidades em redes econômicas regionais e nacionais.

A diversificação das atividades comerciais e de serviços nas cidades médias é

impulsionada pelo aumento do consumo, como apontado por Santos (1986), que afirma serem esses locais polos de demandas mais complexas. A localização geográfica favorável, segundo Nogueira e Garcia (2007), já que a proximidade com metrópoles ou capitais pode favorecer sua autonomia e crescimento. Além disso, processos de industrialização, demandas do campo e iniciativas locais conferem novas funcionalidades a essas cidades, que vêm se consolidando como espaços de trabalho intelectual e polos de ensino e pesquisa. Assim, as cidades médias, transformadas em nós de uma complexa divisão social e territorial do trabalho, não devem ser vistas isoladamente, mas como expressões vinculadas à formação e evolução urbana (BESSA, 2005).

Nas últimas duas décadas, o Brasil viveu um processo de urbanização acelerado, marcado por diversas dinâmicas urbanas. Entre essas dinâmicas, destacam-se a interiorização do fenômeno Urbano, ou seja, o processo de urbanização que antes concentrado nas grandes cidades e capitais passou a se espalhar para o interior do país, alcançando municípios médios, pequenos. , a expansão em áreas de fronteira econômica, o crescimento de cidades de médio porte, a periferização dos grandes centros urbanos e a formação e concentração de aglomerações urbanas que correspondem ao surgimento de conjuntos de cidades próximas que passam a se integrar e crescer de forma articulada (Motta e Ajara, 2001). Essas dinâmicas refletem a complexidade do processo de urbanização no país.

De acordo com Bessa (2012, p. 148), os processos de urbanização, em conjunto com a globalização, provocaram reestruturações significativas na rede urbana brasileira. Essa transformação resulta da redefinição das relações entre as cidades e entre as redes urbanas, configurando-se como uma consequência da redistribuição de papéis exercidos pelos diferentes centros e pelas diversas redes urbanas. Nesse contexto, Corrêa (2001) descreve a rede urbana como um conjunto de centros urbanos funcionalmente conectados, pois, sua existência depende da produção social, das relações sociais e das condições materiais que a sustentam, ou seja, a rede urbana não é apenas física; ela é uma construção social. A complexidade da rede urbana depende de fatores como o tamanho dos centros, a densidade populacional, suas funções, a natureza e intensidade das interações, além do alcance espacial dessas interações.

Em complemento, conforme Santos (1993), a rede urbana apresenta-se cada vez mais diferenciada e complexa, na medida em que cada cidade estabelece relações específicas, próprias das novas condições de desenvolvimento econômico e social, de modo que qualquer simplificação na abordagem dessa temática precisa ser superada. Devido ao processo de urbanização e ao processo de globalização, atualmente vêm ocorrendo inúmeras modificações na rede urbana. Através dessas mudanças ocorre uma profunda discussão a respeito da hierarquia dentro da relação entre as cidades, na qual se destaca como base teórica a teoria das localidades centrais desenvolvida pelo geógrafo alemão Walter Christaller (Bessa, 2012).

Segundo Christaller, os centros urbanos apresentam uma diferenciação de caráter hierárquico devido ao alcance espacial máximo e mínimo, das vantagens locais e das economias de aglomeração, sendo que os níveis mais elevados são dotados de áreas de maior influência, e os níveis inferiores subordinados destes (1993, apud Bessa, 2012). A centralidade de um núcleo se dá pelo seu grau de importância, tendo base em suas funções centrais; assim, quanto maior o número delas, maior é a sua centralidade. Além de evidenciar a organização e hierarquização do espaço, reflete também o padrão de formação da rede urbana e o papel da especialização de cada cidade nessa estrutura (Christaller, 1993).

Conte (2014) também chama a atenção para a vasta produção teórica sobre a rede urbana, destacando que muitos estudos buscam compreendê-la por meio de diferentes categorias analíticas, sendo a localização urbana um dos componentes mais recorrentes. A teoria das localidades centrais, elaborada por Christaller em 1993, contribui para essa compreensão ao explicar a distribuição de bens e serviços entre as cidades, relacionando diretamente o tamanho dos núcleos urbanos com suas funções. Segundo Corrêa (1989, apud Conte, 2014, p. 77), “existem princípios gerais que regulam o número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoamento: grandes, médias, pequenas cidades e ainda núcleos semi-rurais”, permitindo, assim, entender a rede urbana com base nas funções que essas localidades exercem. A especialização em diferentes atividades configura o crescimento e o desenvolvimento de um centro como centralidade. Quanto maior a área de influência de uma aglomeração, maior será sua capacidade de polarização, sendo a densidade um fator determinante nesse processo.

O avanço dos lugares centrais ou polos está diretamente associado à densidade, seja ela populacional, de renda ou relativa ao número de atividades, com destaque para o setor terciário, conforme postula a teoria dos lugares centrais. Como o setor terciário depende dos dois primeiros fatores, seu crescimento surge como um indicativo natural do potencial de polarização dos centros urbanos. Nesse contexto, o setor terciário abrange uma ampla gama de funções centrais, tais como: comércio e serviços diversos; serviços públicos; atividades financeiras e bancárias; serviços especializados, de grande ou pequeno porte; funções religiosas e espirituais; educação em todos os níveis; serviços culturais; e, não menos importante, serviços de saúde (Oliveira et al., 2015).

Considerando a rede urbana como uma dimensão socioespacial da sociedade, observa-se que os processos de criação e apropriação de capital excedente, tanto internos quanto externos, estão constantemente em transformação. Essas mudanças estão intimamente ligadas às mudanças na divisão territorial do trabalho, que se modificam ao longo do tempo (Conte, 2014).

A cada novo momento histórico, caracterizado por novas formas de produção e acumulação, novas relações políticas e econômicas são estabelecidas. Surge, então, um embate entre a continuidade, a descontinuidade e a ruptura dos processos, o que caracteriza a renovação da sociedade e a constante recriação de diferenciais espaciais (Bessa, 2007, apud Conte, 2014).

Neste sentido, a totalidade, ao passar por transformações, provoca mudanças dos lugares que estão ligadas à incidência de processos gerais. Entretanto, estas transformações na totalidade não afetarão todos os lugares da mesma maneira, visto que cada lugar possui sua história e especificidades (Conte, 2014).

Para Motta e Ajara (2001), a atual configuração da rede urbana brasileira foi desenvolvida a partir de um conjunto de critérios referentes à tipologia de tamanho dos centros urbanos; à tipologia ocupacional e dependência funcional dos centros urbanos; e à tipologia da forma urbana assumida por esses centros. Quanto à classificação dos sistemas urbanos-regionais, leva-se em conta o ponto de vista estrutural, contendo três aspectos fundamentais que são a densidade, a configuração hierárquica da rede de cidades e a topologia. A densidade demonstra a relação entre o número de centros urbanos e o território; já a topologia é indicada

pela relação entre o número de ligações representando o fluxo de bens e serviços demonstrando o ordenamento hierárquico.

A configuração hierárquica é representada pela organização das funções urbanas, onde há uma distinção entre metrópoles globais, nacionais e regionais, além de centros menores que se interligam funcional e hierarquicamente. Essa estrutura hierárquica permite uma análise de como os fluxos de bens, serviços, pessoas e informações circulam entre cidades, formando uma rede de influência que, ao longo do tempo, se estabiliza territorialmente (Motta e Ajara, 2001).

A rede urbana brasileira é dinâmica, com estruturas próprias e circuitos funcionais interdependentes. Esse sistema reflete não só o processo histórico de urbanização do país, mas também suas tendências de desenvolvimento e expansão. As diferenças entre as regiões sugerem que cada sistema urbano-regional tem desafios específicos, relacionados tanto ao crescimento demográfico quanto ao planejamento e à distribuição de recursos (Motta e Ajara, 2001).

A análise dos sistemas urbano-regionais evidencia a complexidade do ordenamento territorial do Brasil, com ênfase nas interações entre centros urbanos e na importância de compreender as estruturas espaciais para orientar políticas de desenvolvimento equilibrado e sustentável no país. Essas dinâmicas são essenciais para entender como as cidades médias e pequenas se desenvolvem e se posicionam dentro da rede urbana brasileira, mostrando a complexidade e a interdependência dos fatores socioeconômicos envolvidos.

Tendo em vista essas dinâmicas organizacionais, é interessante pensar um conjunto de políticas urbanas no contexto da rede urbana brasileira atual, com foco em diferentes dimensões da gestão e do desenvolvimento urbano. Essas recomendações visam à eficiência, sustentabilidade e competitividade das cidades, além de promover uma gestão mais integrada e participativa (Motta e Ajara, 2001).

As recomendações para a política urbana no Brasil incluem a criação de planos de desenvolvimento sub-regionais, priorizando a sustentabilidade e a gestão de aglomerações urbanas e centros de grande e médio porte. Propõe-se a integração entre políticas setoriais, com fortalecimento da gestão compartilhada e parcerias entre os setores público, privado e a comunidade. Busca-se aumentar a

competitividade dos centros urbanos, com investimentos em infraestrutura e reconversão econômica. A política deve considerar as peculiaridades regionais, promovendo políticas compensatórias para cidades periféricas, além de aperfeiçoar o controle de uso do solo e o planejamento urbano, modernizando a gestão e adaptando as políticas às demandas crescentes das periferias urbanizadas (Motta e Ajara, 2001).

Em suma, a urbanização acelerada no Brasil nas últimas décadas transformou profundamente a rede urbana, evidenciando a complexidade e a interdependência entre centros urbanos de diferentes portes. As dinâmicas de interiorização, o crescimento das cidades médias e a periferização dos grandes centros revelam como os fluxos de bens, de serviços e de pessoas moldam e organizam o território nacional. Nesse cenário, a compreensão da situação urbana e das relações entre as cidades é crucial para orientar políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e a gestão eficiente dos centros urbanos. A criação de políticas integradas e regionalmente adaptadas, com foco na sustentabilidade, gestão de aglomerações e fortalecimento de parcerias entre setores, será determinante para enfrentar os desafios urbanos e reduzir as desigualdades territoriais no Brasil, garantindo um crescimento mais equilibrado e inclusivo.

Nesse contexto, ganha destaque o estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC), produzido pelo IBGE, que se consolidou como a principal referência metodológica para a compreensão da rede urbana brasileira. O REGIC indica a hierarquia urbana a partir da análise de fluxos de bens, serviços, informações e mobilidade da população, permitindo identificar os graus de centralidade e a área de influência de cada cidade. Essa abordagem oferece um olhar detalhado sobre o papel das pequenas e médias cidades, evidenciando tanto suas funções estratégicas na articulação regional quanto às fragilidades decorrentes de sua dependência administrativa e econômica. Dessa forma, o estudo constitui um ponto de partida fundamental para avançar na análise das dinâmicas territoriais contemporâneas e subsidiar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano equilibrado.

## **2. SANTO ANTÔNIO DE JESUS: GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DINÂMICAS REGIONAIS**

O presente capítulo tem como objetivo central realizar uma análise abrangente sobre a cidade de Santo Antônio de Jesus, situado no Recôncavo Baiano, destacando sua formação histórica, características geográficas e dinâmicas regionais. A partir dessa abordagem, busca-se compreender os elementos que contribuíram para a consolidação de sua centralidade urbana, seu papel como polo regional e as desigualdades socioeconômicas que marcam sua área de influência.

A estrutura do capítulo divide-se em duas partes. A primeira, “Contextualização histórica e geográfica de Santo Antônio de Jesus”, aborda o processo de ocupação territorial, a formação do núcleo urbano e a relevância de sua localização estratégica para os fluxos populacionais e econômicos. A segunda, “Caracterização das cidades da região de influência”, analisa dados demográficos, econômicos e sociais, evidenciando as desigualdades internas e o papel central de Santo Antônio de Jesus frente às demais localidades.

Metodologicamente, o capítulo adota uma abordagem de caráter descritivo-analítico, fundamentada em revisão bibliográfica e na utilização de dados secundários. As informações utilizadas provêm de fontes oficiais, especialmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de estudos acadêmicos veiculados em artigos científicos, livros e capítulos de livros que discutem organização regional, dinâmica urbana e redes de influência municipal.

A análise quantitativa baseia-se em indicadores populacionais, econômicos e sociais, tais como taxa de urbanização, PIB, PIB per capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e dados da balança comercial, que permitem traçar um panorama detalhado das dinâmicas territoriais da região. Complementarmente, a análise qualitativa aprofunda a compreensão das transformações históricas, políticas e econômicas, contextualizando-as no processo de formação e consolidação da centralidade regional da cidade. Dessa forma, a estrutura e o método adotados visam construir um arcabouço interpretativo sólido sobre o papel desempenhado por Santo Antônio de Jesus no cenário regional.

## 2.1 Contextualização histórica e geográfica De Santo Antônio De Jesus

Santo Antônio de Jesus é uma cidade localizada no Recôncavo Baiano, situado a aproximadamente 190 km da capital, Salvador. A cidade, reconhecida por sua relevância socioeconômica e cultural na região, é frequentemente referida como “a capital do Recôncavo Baiano”. Santo Antônio de Jesus encontra-se situada nos planaltos cristalinos do Recôncavo Baiano, dentro da Região dos Planaltos Rebaixados, caracterizados pelos Tabuleiros Pré-litorâneos. Seu centro urbano se desenvolve sobre os topos planos dos tabuleiros. O clima tropical, com variações de subúmido a úmido, temperatura média anual de cerca de 24 °C e precipitação anual em torno de 1.150 mm concentrada entre março e julho, contribui para a elevada umidade relativa do ar e influencia diretamente as bacias hidrográficas locais, que por sua vez é marcada pelos rios Jaguaripe, Jequitibá, Sururu, Taitinga e Pedra Branca, além do Rio da Dona, responsável pelo abastecimento de Santo Antônio de Jesus e de cidades vizinhos (Silva, 2022).

Antes da colonização portuguesa, o território no qual a cidade se encontra, já era habitado por populações indígenas que, conforme Santos (2021), atuavam intensamente na região do Recôncavo e nos domínios do rio Jaguaripe, reorganizando-se diante da expansão colonial por meio de processos de etnogênese e de movimentos conhecidos como Santidades, entendidos pela autora como “experiências históricas de reconstrução de seus mundos e reinvenção de suas liberdades”. Já no período colonial, segundo a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, o povoamento europeu avançou pelo curso do rio Jaguaripe, seguindo suas margens em direção às serras próximas, sendo favorecido pela existência de sesmarias previamente concedidas, especialmente a de Peroaçu, “parte de uma grande faixa de terras dada oficialmente a D. Álvaro da Costa em 1558”, que se estendia “desde a foz dos rios Paraguaçu e Jacuípe, indo para o sertão por cerca de dez léguas” (IBGE, 1958, p. 303–304). Assim, a ocupação colonial não se deu em um espaço vazio, mas sobre territórios indígenas historicamente constituídos.

Foram essas duas rotas principais de ocupação, a circulação indígena pré-colonial identificada na região do Jaguaripe e o avanço posterior dos

colonizadores pelas margens do rio, que resultaram no povoamento do território de Santo Antônio de Jesus, consolidado entre os séculos XVII e XVIII. A ocupação da região foi favorecida principalmente por suas características naturais: havia muitas matas férteis com madeiras valiosas, além de muitos rios e riachos. Essas condições naturais atraíram a agricultura, especialmente o cultivo da cana-de-açúcar, mas também havia áreas ideais para plantar mandioca. Contudo, ao contrário de outras localidades do Recôncavo Baiano, como Jaguaripe e Nazaré, onde a cana-de-açúcar foi mais importante, em Santo Antônio de Jesus, a principal atividade agrícola foi o cultivo da mandioca, o qual fez com que os colonizadores se fixaram de forma duradoura no território (IBGE, 1958).

As primeiras sesmarias que se conhecem a respeito do território de Santo Antônio de Jesus foram concedidas em 1644, a Antônio de Sousa d'Andrade e João Borges de Escobar, com o objetivo de fomentar a colonização da região. A concessão foi formalizada por meio de uma carta régia. Esta área tinha limites que se ajustavam bem à área atual de Santo Antônio de Jesus, mas não abrangia todo o território do município. Já no século XVIII, outras sesmarias foram concedidas na região, com o objetivo de expandir o povoamento. Essas concessões partiram de áreas próximas a Jaguaripe e Maragogipe, e muitas delas estavam localizadas na direção da serra da Jibóia (IBGE, 1958).

Ainda no século XVIII, a agricultura já era uma atividade muito desenvolvida no território, com muitos "lavradores de farinha" (pessoas que cultivavam mandioca para produzir farinha). Dentre esses lavradores, destacava-se a figura do padre Mateus Vieira de Azevedo, que teve um papel importante no povoamento, sendo uma figura central na formação do povoado inicial de Santo Antônio de Jesus. Sua residência nas proximidades do rio Sururu foi transformada no primeiro povoado da região, que surgiu em torno de um oratório dedicado a Santo Antônio de Jesus. Em 1776, o padre Mateus Vieira de Azevedo doou um pedaço de terra ao oratório que havia fundado, com a condição de que a capela fosse construída nesse local. A doação foi formalizada por meio de uma escritura pública. Com o tempo, o oratório se transformou em uma capela. Em torno dessa capela, surgiu um povoado que mais tarde se tornaria a cidade de Santo Antônio de Jesus. Esse povoado foi inicialmente chamado de "Capela do Padre Mateus" ou "Capela de Santo Antônio de Jesus." (IBGE, 1958).

Com o passar do tempo, no ano de 1827, o povoado foi elevado à categoria de distrito de Paz, o que significava que ele teria maior autonomia. Para conseguir esse status, foi necessário fazer várias reclamações e representar a causa junto à Câmara de Jaguaripe, incluindo até mesmo uma portaria do Presidente da Província da Bahia. Finalmente, em 1832, as eleições para a posição de juiz de Paz do distrito foram realizadas, com a posse de Votorino José de Almeida como juiz e Manoel da Roxa Barbosa como suplente. Esse evento marcou o fortalecimento da autonomia local de Santo Antônio de Jesus (IBGE, 1958).

"Em 19 de junho de 1852, a Lei nº 448 sancionada pelo Vice-Presidente da Província, Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, elevou à categoria de Matriz a capela de Santo Antônio de Jesus [...]" (IBGE, 1958, p. 305), ganhando mais importância religiosa e administrativa. Ela se desmembrou da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, recebendo delimitações territoriais oficiais, o que mostra o avanço do povoado rumo à autonomia.

Principiará da nascente do rio Preto, que já serve de divisa à Freguesia de São Miguel, até o pé da Serra, denominado Gairu d'ahi descendo, e sempre costeando o mesmo Rio até a embocadura do Rio da Dona, e lugar denominado Pôço e d'ahi até o Riachão, e seguindo pela estrada até o Canta Gallo, e continuando, estrada abaixo, até o Rio Taitinga, e por elle abaixo até a embocadura do Rio Jaguaripe, e por este acima até encontrar com a divisa da Freguesia de São Felipe, com a qual se limitará pelas divisas desta até a Serra, e por esta cortando de Norte a Sul até a nascente do Rio Preto, donde principiou, e por onde se mitará com a freguesia de S. Miguel, ficando salvos sempre os limites desta, e os da freguesia de São Felipe (IBGE, 1958, p. 305 - 306).

A Lei número 1.952, de 29 de maio de 1880, marcou a emancipação político-administrativa de Santo Antônio de Jesus, elevando a paróquia de Santo Antônio de Jesus à categoria de vila. Entretanto apenas em 1883, Santo Antônio de Jesus foi oficialmente instalada como vila, ou seja, reconhecida como uma entidade política autônoma, com câmara de vereadores própria. Dentre os primeiros vereadores a tomarem posse: militares e o padre Cirilo José Dias de Andrade. Na mesma data, o vereador mais velho, Manoel José da Paixão e Araújo, conduziu a eleição da mesa diretora da Câmara, sendo eleito Presidente e Vice-Presidente José Joaquim de Souza (IBGE, 1958).

A vila foi oficialmente elevada à condição de cidade em 30 de junho de 1891.

A cerimônia ocorreu em 9 de junho do mesmo ano, com a presença de autoridades, como o intendente Dr. Eduardo Augusto da Silva, conselheiros locais e o orador oficial Dr. Félix Gaspar de Barros e Almeida. Isso consolidou Santo Antônio de Jesus como centro político-administrativo (IBGE, 1958).

Em 1931, por meio do Decreto Estadual nº 7.479, o nome foi abreviado para “Santo Antônio”. No entanto, essa modificação não se manteve por muito tempo, pois, em 1938, através do Decreto Estadual nº 11.089, o nome original foi restituído, voltando a ser “Santo Antônio de Jesus”. Na ocasião, manteve-se a divisão administrativa anterior, composta por dois distritos: o distrito-sede, Santo Antônio de Jesus, e Vargem Grande, este último posteriormente renomeado como Varzedo (IBGE, 1958).

No ano de 1897, foi inaugurado o trecho da Estrada de Ferro de Nazaré que ligava a Santo Antônio de Jesus (chamada inicialmente de Tram-road). Essa ferrovia foi essencial para o desenvolvimento comercial e urbano da cidade. Mais tarde, ela foi estendida até Jequié, interiorizando ainda mais a malha ferroviária da Bahia (IBGE, 1958). No entanto, esse sistema foi perdendo relevância com o avanço das políticas rodoviárias nas décadas seguintes. A pavimentação da BR-101, por volta da década de 1970 e a implantação das rodovias BA-245 e BA-026, somada à localização estratégica da cidade, impulsionou a circulação de mercadorias e pessoas, o que contribuiu para o crescimento do setor terciário. Segundo o autor, “a melhoria da infraestrutura de transporte facilitou os fluxos para Santo Antônio de Jesus, que desde então consolidava sua importância terciária” (Ribeiro, 2021, p. 35).

Tomasoni (2015), aponta que a posição estratégica de Santo Antônio de Jesus é um dos elementos que explicam sua centralidade regional. Localizada no entroncamento de importantes rodovias federais e estaduais, a exemplo da BR-101, BR-324 e BA-245, a cidade tornou-se um ponto de passagem obrigatório para o fluxo de mercadorias e pessoas entre o litoral e o interior baiano. Essa configuração viária não apenas facilita a mobilidade intermunicipal, como também integra o cidade às redes de maior hierarquia urbana, em especial Salvador e Feira de Santana, ampliando seu raio de influência sobre o Recôncavo e áreas limítrofes.

Essa conectividade territorial favoreceu a diversificação das atividades

econômicas, sobretudo no setor terciário. A presença de estabelecimentos comerciais de médio e grande porte, serviços bancários, educacionais e de saúde, além de polos de consumo especializados, como o atacado e a rede hospitalar regional, confere à cidade um papel de intermediação fundamental. A variedade de bens e serviços disponíveis atrai diariamente populações de dezenas de cidades vizinhas, configurando uma população flutuante que dinamiza a economia local e amplia a relevância da cidade como polo de atração (Tomasoni, 2015).

Esse processo ocorreu em paralelo ao declínio das atividades agrárias, como a indústria fumageira, e à ascensão do comércio e dos serviços. Como aponta Assis (2012, apud Ribeiro, 2021, p. 35), “na década de 1970, a cidade começou a adquirir destaque no cenário regional devido ao dinamismo comercial, proporcionado pelo crescente número de atividades desenvolvidas e principalmente pelos serviços prestados às cidades vizinhas”. Durante esse período, a taxa de urbanização da cidade já superava a média estadual, atingindo 67,88% em 1970, enquanto a média baiana era de apenas 41,18% (Ribeiro, 2021, p. 36). Esse crescimento demográfico e a consolidação de atividades econômicas urbanas foram fundamentais para que a cidade se tornasse o principal centro do Recôncavo em termos populacionais.

Nesse contexto, Santo Antônio de Jesus projeta-se como um centro regional consolidado, capaz de oferecer não apenas serviços básicos, mas também de média e alta complexidade, que dificilmente são encontrados em localidades menores. Essa função central, sustentada pela localização geográfica privilegiada e pela diversidade de atividades terciárias, fortalece sua posição de "capital do Recôncavo", título que traduz a importância simbólica e funcional da cidade dentro da rede urbana baiana (Tomasoni, 2015).

## **2.2 Caracterização das cidades da região de influência**

Jacobi (1994) destaca que as dinâmicas da urbanização latino-americana permitem identificar três formas principais de agrupamento urbano, relacionadas diretamente ao porte populacional das cidades e ao seu papel no processo de urbanização. O primeiro grupo corresponde às cidades grandes, que reúnem populações entre 500 mil e 1 milhão de habitantes, podendo, em muitos casos,

ultrapassar essa marca e alcançar mais de 1 milhão de habitantes. Essas cidades tendem a concentrar as funções mais complexas da rede urbana, assumindo posições de comando econômico, político e administrativo.

Em seguida, encontram-se as cidades médias, cuja importância tem crescido significativamente no contexto latino-americano. Essas cidades podem variar entre 50 mil e 100 mil habitantes ou, em uma escala mais ampla, entre 100 mil e 500 mil habitantes. Elas se caracterizam por desempenhar funções regionais relevantes, atuando como polos intermediários que articulam os fluxos de bens, serviços e pessoas entre os grandes centros urbanos e os núcleos de menor porte. A expansão das cidades médias é um fenômeno central para compreender a interiorização da urbanização e a diversificação da rede urbana.

Por fim, estão as pequenas cidades, que apresentam diferentes intervalos populacionais: algumas possuem entre 10 mil e 20 mil habitantes, outras entre 20 mil e 50 mil habitantes, e ainda aquelas com menos de 10 mil habitantes. Apesar do porte reduzido, essas cidades desempenham papel essencial na fixação da população em áreas de menor densidade, funcionando como núcleos de apoio à economia regional e, em muitos casos, como pontos de ancoragem de atividades rurais e agroindustriais.

Tomando como base as definições de Jacobi (1994) e os dados secundários obtidos a partir dos censos do IBGE, é possível identificar algumas conclusões relevantes quanto ao porte das cidades da região de influência de Santo Antônio de Jesus. Conforme a Tabela 1, observa-se que 95% das cidades se enquadram como cidades pequenas, sendo Santo Antônio de Jesus uma exceção notável, destacando-se como cidade média. Entre as cidades pequenas, o censo de 2022 indica que 33% possuem menos de 10 mil habitantes, enquanto as demais cidades apresentam população inferior a 40 mil habitantes, contrastando com Santo Antônio de Jesus, cuja população já ultrapassa os 100 mil habitantes.

Ademais, destaca-se a elevada taxa de urbanização de Santo Antônio de Jesus, que atinge 89,5%, valor consideravelmente superior à média da região de influência, que é de 63,8%. Em contrapartida, 52% das cidades da região

apresentam taxa de urbanização inferior a 50%, evidenciando desigualdades significativas nesse indicador.

Outro aspecto relevante é o crescimento populacional nas últimas três décadas. Santo Antônio de Jesus registrou um aumento de 33,2%, indicando um dinamismo demográfico marcante, seguido por Jaguaripe, com taxa de 31,6%. Entretanto, 58% das cidades da região apresentaram decréscimo populacional, enquanto os demais exibem taxas de crescimento inferiores a 20%, revelando um panorama demográfico heterogêneo. Embora o processo de urbanização tenha se intensificado a partir da década de 1970, ele não ocorreu de maneira equilibrada no território nacional. Como observa Santos (1993, p. 121), “a urbanização crescente é uma fatalidade neste País, ainda que essa urbanização se dê com o aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago e a presença de volantes nas cidades médias e nas cidades pequenas”. Tal constatação permite compreender, a partir dos dados da tabela, outra questão significativa: o êxodo rural associado a uma urbanização seletiva.

Entre 2000 e 2022, muitas cidades apresentaram forte redução da população rural, sem, contudo, registrar crescimento expressivo de suas áreas urbanas. Isso revela que parte significativa dos fluxos migratórios não permanece nos centros locais, mas se dirige a cidades de maior porte, onde se concentram as oportunidades de trabalho e de acesso ao comércio e aos serviços. Como consequência, a perda populacional das cidades menores não fortalece seus núcleos urbanos, mas resulta em esvaziamento demográfico, dificultando a manutenção de serviços básicos e comprometendo sua sustentabilidade socioeconômica. Assim, a urbanização se dá de forma seletiva e concentrada, beneficiando cidades médias e grandes, enquanto localidades periféricas permanecem fragilizadas.

Em síntese, a análise da Tabela 1 evidencia que Santo Antônio de Jesus se destaca de maneira expressiva frente aos demais municípios da região de influência, apresentando elevados índices de urbanização e crescimento populacional. Esses indicadores confirmam seu dinamismo demográfico e sua posição consolidada como centro urbano de maior atratividade regional, ao passo que a maioria das cidades

vizinhas revela um padrão de estagnação ou decréscimo populacional, reforçando a concentração das funções urbanas no centro regional.

Tabela 1 - População residente por situação de domicílio, taxa de urbanização e taxa de crescimento dos municípios selecionados

Unidade Escalar (1)	2000			2010			2022			Taxa de Urbanização (2022) %	Taxa de Crescimento (2000/2022) %
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural		
BAHIA	13.085.769	8.769.524	4.316.245	14.016.906	10.103.022	3.913.884	203.080.756	177.508.417	25.572.339	87,4	1451,9%
<b>REGIC - Santo Antônio de Jesus</b>	<b>379.793</b>	<b>206.332</b>	<b>173.459</b>	<b>399.479</b>	<b>235.329</b>	<b>164.150</b>	<b>406.061</b>	<b>259.154</b>	<b>146.907</b>	<b>63,8</b>	<b>6,9%</b>
Santo Antônio de Jesus (BA)	77.368	66.245	11.123	90.985	79.299	11.686	103.055	92.210	10.845	89,5	33,2%
Gandu (BA)	27.160	22.060	5.100	30.336	24.848	5.488	32.178	26.907	5.271	83,6	18,5%
Nazaré (BA)	26.365	23.011	3.354	27.274	22.864	4.410	27.060	21.809	5.251	80,6	2,6%
Itamari (BA)	8.470	5.124	3.346	7.903	5.839	2.064	7.051	5.397	1.654	76,5	-16,8%
Castro Alves (BA)	25.561	14.647	10.912	25.408	15.686	9.722	24.712	15.783	8.929	63,9	-3,3%
Aratuípe (BA)	8.381	4.787	3.594	8.599	5.513	3.086	8.677	5.468	3.209	63,0	3,5%
São Felipe (BA)	20.228	8.250	11.978	20.305	9.820	10.485	20.283	11.168	9.115	55,1	0,3%
Muniz Ferreira (BA)	6.941	3.301	3.640	7.317	3.394	3.923	7.190	3.850	3.340	53,5	3,6%
Mutuípe (BA)	20.462	8.984	11.478	21.449	9.659	11.790	20.037	10.135	9.902	50,6	-2,1%
Dom Macedo Costa (BA)	3.748	1.297	2.451	3.874	1.761	2.113	4.407	2.226	2.181	50,5	17,6%
Ubaíra (BA)	21.227	8.010	13.217	19.750	8.822	10.928	18.626	9.198	9.428	49,4	-12,3%
Nova Ibiá (BA)	16.807	6.783	10.024	14.387	7.359	7.028	6.501	3.173	3.328	48,8	-61,3%
Wenceslau Guimarães (BA)	23.926	6.790	17.136	22.189	7.511	14.678	24.474	11.695	12.779	47,8	2,3%
Jiquiriçá (BA)	13.638	4.588	9.050	14.118	5.581	8.537	13.629	6.390	7.239	46,9	-0,1%
Elísio Medrado (BA)	7.860	2.514	5.346	7.947	3.248	4.699	7.808	3.472	4.336	44,5	-0,7%
Varzedo (BA)	8.673	2.627	6.046	9.109	3.364	5.745	9.913	4.286	5.627	43,2	14,3%
Jaguaripe (BA)	13.422	4.632	8.790	16.467	5.298	11.169	17.659	7.197	10.462	40,8	31,6%
Pirai do Norte (BA)	11.239	2.933	8.306	9.799	3.689	6.110	10.974	4.374	6.600	39,9	-2,4%
São Miguel das Matas (BA)	10.020	2.772	7.248	10.414	3.360	7.054	10.334	4.061	6.273	39,3	3,1%
Laje (BA)	19.601	5.118	14.483	22.201	6.080	16.121	21.052	7.370	13.682	35,0	7,4%
Santa Teresinha (BA)	8.696	1.859	6.837	9.648	2.334	7.314	10.441	2.985	7.456	28,6	20,1%

Fontes: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2000, 2010); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Organizado pela autora.

Notas: (1) Unidade Escalar refere-se ao Estado e Municípios da pesquisa.

Conforme a Tabela 2, em 2017, a região como um todo, contava com 42.991 empregos formais, distribuídos de maneira desigual entre os setores econômicos. O comércio (11.498 postos) e os serviços (9.548 postos) concentravam juntos quase metade desse total, o que evidencia que a base econômica regional está fortemente voltada para atividades ligadas ao consumo e ao atendimento da população. A administração pública (12.912 empregos) e a indústria (6.178 empregos) também aparecem com peso relevante, mas em menor proporção, enquanto setores como a agropecuária, a construção civil e a agricultura assumem papéis secundários. Assim, o quadro geral revela que a economia regional não se estrutura prioritariamente no setor primário, mas sim em funções ligadas ao comércio, aos serviços e ao setor público.

Essa forte presença da administração pública nos empregos formais ganha destaque quando se observa que, em muitas cidades da região de influência de Santo Antônio de Jesus, mais de 70% dos postos de trabalho formais estão diretamente vinculados ao setor público. Em Aratuípe (80%), Muniz Ferreira (75%), Dom Macedo Costa (78%), Elísio Medrado (70%) e Nova Ibiá (75%), por exemplo, essa elevada participação reflete a limitada diversificação econômica dessas cidades, nos quais a ausência de setores dinâmicos, como comércio, serviços especializados e indústria, reforça a centralidade do Estado como fonte de emprego e renda. É sempre importante reconhecer que esses dados refletem os empregos formais, deixando de capturar a informalidade do trabalho, fortemente presente no urbano brasileiro. No entanto, os dados de empregos formais ajudam a relevar o fenômeno da enorme dependência da população pela geração de emprego e renda pela administração pública municipal.

Essa configuração dialoga com as análises de Bacelar (2012), para quem as pequenas cidades cumprem funções específicas dentro da rede urbana, mas apresentam baixa autonomia econômica e grande vulnerabilidade. De acordo com o autor, esses centros atuam como espaços de reprodução social, onde a máquina administrativa e os repasses governamentais assumem papel central para a manutenção da vida local. Neles, o emprego público não apenas garante absorção mínima da força de trabalho, mas também sustenta o circuito de trocas cotidianas,

desde o comércio elementar até os serviços básicos. No entanto, essa mesma característica evidencia uma fragilidade estrutural, já que a dependência excessiva do Estado reduz a capacidade de dinamização endógena e limita o protagonismo dessas localidades no processo de desenvolvimento regional.

Em contraste com as cidades vizinhas, Santo Antônio de Jesus apresenta um perfil econômico muito mais diversificado, no qual apenas 10% dos empregos formais estão vinculados à administração pública. Esse dado por si só já evidencia um diferencial importante, pois significa que sua dinâmica de geração de empregos não depende prioritariamente da máquina estatal, mas de setores produtivos que conseguem se manter mais autônomos. O comércio (36%), os serviços (26%) e a indústria (21%) sustentam a base do emprego formal na cidade, demonstrando não apenas capacidade de absorção da mão de obra local, mas também sua função de atrair trabalhadores de cidades vizinhas. Isso confirma Santo Antônio de Jesus como polo regional, capaz de oferecer oportunidades de trabalho em ramos variados e de sustentar um fluxo econômico próprio, diferenciado do padrão de dependência pública que caracteriza a maior parte da região.

Por outro lado, essa centralidade ressalta a fragilidade estrutural das cidades menores, nos quais o Estado atua como principal, e muitas vezes único, provedor de emprego e renda. Enquanto em cidades como Aratuípe, Muniz Ferreira ou Dom Macedo Costa mais de 70% dos empregos formais estão ligados ao setor público, em Santo Antônio de Jesus essa proporção é mínima, o que mostra dois caminhos distintos dentro da mesma região: de um lado, um centro urbano que se consolida pela diversidade econômica; de outro, pequenas cidades que sobrevivem quase exclusivamente a partir de repasses governamentais e da manutenção do funcionalismo.

Ademais, a remuneração média dos vínculos formais também evidencia essas disparidades, reforçando a distância entre o polo regional e as cidades periféricas. Enquanto em Elísio Medrado o rendimento médio é de apenas R\$1.192,08, em Santo Antônio de Jesus o valor atinge R\$2.195,43. Essa diferença não decorre apenas da escala econômica, mas sobretudo da composição setorial de cada localidade. Com efeito, em Santo Antônio de Jesus, a maior presença de empregos ligados aos serviços especializados, ao comércio diversificado e, em menor medida,

à indústria, contribui para a elevação dos salários. Nas cidades menores, por outro lado, a predominância de vínculos na administração pública e em setores de baixo dinamismo mantém as remunerações em patamares reduzidos, o que limita o poder de consumo da população e restringe a circulação de riquezas em escala local.

Além disso, essa discrepância salarial também funciona como indicador da hierarquia urbana. De um lado, Santo Antônio de Jesus consolida-se como centro capaz de oferecer melhores oportunidades de emprego e rendimentos mais elevados, atraindo trabalhadores e consumidores de toda a região. De outro, as pequenas cidades permanecem subordinadas, incapazes de romper o ciclo de dependência da máquina pública e de gerar, por si mesmas, alternativas de desenvolvimento.

Portanto, os dados da Tabela 2 reafirmam a condição de Santo Antônio de Jesus como o principal polo econômico e de geração de empregos formais da região. A diversificação de suas atividades, especialmente nos setores de comércio e serviços, contrasta com a dependência das pequenas cidades em relação à administração pública, revelando uma estrutura regional marcada pela centralização das oportunidades de trabalho e pela fragilidade econômica dos centros menores.

Tabela 5 - Postos de emprego formal distribuídos por setores de atividade econômica e percentual de empregos vinculados à Administração Pública dos municípios selecionados 2017

Municípios	Setores de atividades						Estoque Total	Vínculo com a Administração Pública (%)	Participação dos Municípios no Total de Estoque de Emprego Formal	Remuneração Média
	Administração Pública	Agropecuário	Comércio	Construção Civil	Serviços	Indústria				
Castro Alves (BA)	15	124	396	12	1.885	621	3.053	0%	7,10%	R\$ 2.048,03
Santo Antônio de Jesus (BA)	2.001	178	7.618	1.092	5.416	4.418	20.723	10%	48,20%	R\$ 1.656,36
Gandu (BA)	865	323	986	43	583	160	2.960	29%	6,89%	R\$ 1.512,33
Mutuípe (BA)	665	23	463	0	200	186	1.537	43%	3,58%	R\$ 1.627,04
Nazaré (BA)	1.130	47	680	28	511	166	2.562	44%	5,96%	R\$ 1.622,78
Laje (BA)	589	80	225	58	96	207	1.255	47%	2,92%	R\$ 1.994,41
Varzedo (BA)	253	19	45	9	14	168	508	50%	1,18%	R\$ 1.755,59
São Felipe (BA)	734	14	124	3	340	34	1.249	59%	2,91%	R\$ 1.810,75
Ubaíra (BA)	945	58	182	19	245	8	1.457	65%	3,39%	R\$ 1.699,78
São Miguel das Matas (BA)	488	21	169	0	29	3	710	69%	1,65%	R\$ 1.341,19
Elísio Medrado (BA)	288	15	46	0	10	55	414	70%	0,96%	R\$ 1.119,30
Jaguaripe (BA)	740	208	34	1	30	51	1.064	70%	2,47%	R\$ 1.815,25
Wenceslau Guimarães (BA)	901	113	129	0	84	28	1.255	72%	2,92%	R\$ 1.629,53
Nova Ibiá (BA)	301	77	15	4	3	3	403	75%	0,94%	R\$ 1.740,93
Muniz Ferreira (BA)	340	25	56	4	26	1	452	75%	1,05%	R\$ 1.439,89
Pirai do Norte (BA)	480	81	53	7	0	15	636	75%	1,48%	R\$ 1.542,17
Jiquiriçá (BA)	628	18	110	12	30	27	825	76%	1,92%	R\$ 1.662,47
Santa Teresinha (BA)	447	38	53	20	21	1	580	77%	1,35%	R\$ 1.541,29
Dom Macedo Costa (BA)	195	14	25	0	17	0	251	78%	0,58%	R\$ 1.368,20
Aratuípe (BA)	401	42	54	0	4	0	501	80%	1,17%	R\$ 1.501,05
Itamarí (BA)	506	25	35	0	4	26	596	85%	1,39%	R\$ 1.668,29
<b>REGIC - Santo Antônio de Jesus</b>	<b>12.912</b>	<b>1.543</b>	<b>11.498</b>	<b>1.312</b>	<b>9.548</b>	<b>6.178</b>	<b>42.991</b>	<b>30%</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 1.623,65</b>

Fontes: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2019).

Organizado pela autora.

A Tabela 3 permite a realização de determinadas análises, a exemplo dos indicadores econômicos da Região de Santo Antônio de Jesus que evidenciam uma significativa disparidade entre as cidades, refletindo a concentração das atividades produtivas em determinados centros. O Produto Interno Bruto (PIB) da região soma valores expressivos, mas de maneira desigual, já que Santo Antônio de Jesus sozinho acumula 37%, o que o coloca em posição de liderança absoluta frente aos demais. Essa centralidade econômica não se restringe apenas ao volume do PIB, mas também ao PIB per capita, no qual a cidade alcança R\$22.731,15, revelando não apenas a expressividade de sua economia, mas também a capacidade de gerar riqueza proporcionalmente superior à média regional. Esse desempenho confirma o papel de Santo Antônio de Jesus como polo econômico, capaz de atrair investimentos e dinamizar o comércio e os serviços, influenciando diretamente a rede urbana do entorno.

Em contrapartida, ao observarmos as demais cidades, nota-se que a maioria apresenta PIBs totais mais modestos e indicadores per capita inferiores, o que reforça a desigualdade intrarregional. Um caso que se destaca é o de Mutuípe, cujo PIB total atinge R\$447.616.330,00 (7% em relação a região), mas com um PIB per capita de R\$17.062,51, o segundo maior da região. Essa performance evidencia como cidades menores, com população reduzida, podem apresentar índices relativos expressivos, ainda que sua contribuição absoluta para o PIB regional seja limitada. Dessa forma, enquanto Santo Antônio de Jesus concentra a maior parte da riqueza e consolida-se como centro de referência econômica, outras cidades da região, como Mutuípe, conseguem sinalizar potencialidades locais, ainda que em escala menor, o que reforça a importância de considerar tanto os valores totais quanto os proporcionais na análise territorial e econômica.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador que combina as dimensões de longevidade, educação e renda, variando de 0 a 1, sendo os valores mais próximos de 1 indicativo de melhores condições de desenvolvimento humano. Na região de influência de Santo Antônio de Jesus, a média estadual da Bahia (0,691) funciona como parâmetro de comparação, e observa-se que apenas o centro regional (0,700) se aproxima desse patamar. Em contrapartida, as cidades de Piraí do Norte (0,533), Wenceslau Guimarães (0,544) e Jiquiriçá (0,553) apresentam os menores índices, revelando limitações significativas em termos de condições

sociais e econômicas.

Já o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), calculado a partir das dimensões de infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, mede as fragilidades sociais de um território. Assim como o IDHM, varia entre 0 e 1, mas, neste caso, valores mais próximos de 1 representam maiores vulnerabilidades. No recorte em análise, Santo Antônio de Jesus apresenta o menor IVS (0,294), confirmando sua posição diferenciada em relação às demais cidades. Ao cruzar os dois indicadores, nota-se uma coerência significativa: as cidades que apresentam os menores valores de IDHM também estão entre aqueles com os maiores IVS. Piraí do Norte (0,507) e Wenceslau Guimarães (0,513) constituem exemplos claros dessa correlação, com índices de desenvolvimento humano bastante reduzidos e níveis de vulnerabilidade elevados. Por outro lado, Santo Antônio de Jesus, além de possuir o maior IDHM (0,700), apresenta também o menor IVS (0,294), reforçando sua centralidade regional tanto no aspecto econômico quanto social.

Essa comparação evidencia que a região de influência de Santo Antônio de Jesus é marcada por fortes desigualdades territoriais. Enquanto o centro regional se destaca por melhores indicadores, grande parte das cidades vizinhas enfrenta desafios estruturais expressivos, com baixo desenvolvimento humano e alta vulnerabilidade social, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à redução dessas disparidades.

Na análise da balança comercial das cidades da região, fica claro que as importações se destacam muito mais do que as exportações. A maior parte das cidades aparece apenas como importadora, sem nenhum registro de exportação, o que mostra uma forte dependência de produtos vindos de fora. Santo Antônio de Jesus concentra a maior parte desse movimento, confirmando seu papel de centro regional de abastecimento. Apesar disso, a economia da cidade, assim como a da região como um todo, não demonstra grande inserção no comércio internacional, já que praticamente não há exportações em volume significativo.

Mesmo assim, algumas cidades, ainda que em menor escala, registram exportações, mesmo que os valores sejam baixos. Isso mostra que existem iniciativas locais com algum potencial de alcançar mercados externos, ainda que de

forma limitada. Esse dado chama atenção porque indica a possibilidade de diversificar a economia regional no futuro, desde que haja incentivo e valorização das cadeias produtivas locais. Dessa forma, a balança comercial revela não só a dependência do consumo de produtos importados, mas também aponta caminhos para ampliar a presença da região no comércio internacional.

A tabela deixa evidente as desigualdades internas da região de Santo Antônio de Jesus. Enquanto algumas cidades apresentam maior PIB, melhores índices sociais e menor vulnerabilidade, outras seguem em situação oposta, com baixo dinamismo econômico e altos níveis de fragilidade social. Santo Antônio de Jesus, por exemplo, aparece como a cidade mais desenvolvida, reunindo o maior PIB, o maior PIB per capita e também bons indicadores sociais, o que reforça seu papel de centro regional. Já as cidades menores, em geral, combinam PIB baixo com IDHM reduzido e IVS elevado, o que mostra que a riqueza e as oportunidades não estão distribuídas de forma equilibrada no território.

Essa diferença evidencia uma forte desigualdade intra regional, na qual poucas cidades concentram a maior parte da riqueza e das condições de desenvolvimento, enquanto a maioria enfrenta limitações econômicas e sociais. Isso gera contrastes importantes: de um lado, um polo regional estruturado e atrativo, e do outro, localidades mais vulneráveis, com dificuldades em garantir melhores condições de vida para a população.

De modo geral, a Tabela 3 demonstra a forte desigualdade socioeconômica entre Santo Antônio de Jesus e os demais municípios da região. Enquanto o polo regional concentra os melhores indicadores de renda, desenvolvimento humano e baixa vulnerabilidade social, a maior parte das cidades vizinhas apresenta baixos níveis de dinamismo econômico e maior vulnerabilidade, evidenciando uma rede urbana hierarquizada e dependente da cidade-sede.

**Tabela 3 - Indicadores Econômicos (PIB, PIB Per capita, IDHM, Balança Comercial, Índice de Vulnerabilidade Social)**

Unidade Escalar (1)	PIB	PIB PER CAPITA	IDHM	Balança Comercial (em U\$)		IVS (2010)
				Importação	Exportação	
<b>BAHIA</b>	R\$ 352.617.852.000,00	R\$ 23.530,94	0,691	\$10.675.132.111,00	\$11.522.975.930,00	0,403
<b>REGIC - Santo Antônio de Jesus</b>	<b>R\$ 6.456.160.260,00</b>	<b>R\$ 271.611,15</b>	<b>0,587</b>	<b>\$30.567.699,00</b>	<b>\$2.713.961,00</b>	<b>0,418</b>
Santo Antônio de Jesus (BA)	R\$ 2.450.763.270,00	R\$ 23.746,79	0,700	\$26.871.248,00	\$1.941.488,00	0,294
Mutuípe (BA)	R\$ 471.382.460,00	R\$ 21.100,38	0,601	-	\$27.762,00	0,402
Gandu (BA)	R\$ 461.232.650,00	R\$ 14.071,41	0,632	\$46.047,00	\$256.364,00	0,428
Wenceslau Guimarães (BA)	R\$ 331.642.160,00	R\$ 15.896,95	0,544	\$220.160,00	-	0,513
Nazaré (BA)	R\$ 330.753.390,00	R\$ 11.540,19	0,641	\$112.080,00	-	0,406
Castro Alves (BA)	R\$ 317.241.320,00	R\$ 12.030,84	0,613	\$1.096.456,00	\$376.105,00	0,426
Laje (BA)	R\$ 292.401.960,00	R\$ 12.075,74	0,586	-	-	0,417
Ubaíra (BA)	R\$ 229.270.700,00	R\$ 11.544,35	0,582	\$178.407,00	\$75.917,00	0,460
São Felipe (BA)	R\$ 212.343.940,00	R\$ 10.071,81	0,616	-	\$372,00	0,407
Jaguaripe (BA)	R\$ 206.756.110,00	R\$ 10.789,90	0,556	\$102.446,00	\$35.953,00	0,533
São Miguel das Matas (BA)	R\$ 176.536.140,00	R\$ 15.046,12	0,593	-	-	0,379
Jiquiriçá (BA)	R\$ 150.340.600,00	R\$ 10.314,26	0,553	-	-	0,403
Varzedo (BA)	R\$ 135.267.390,00	R\$ 15.487,45	0,586	\$78.475,00	-	0,411
Pirai do Norte (BA)	R\$ 117.015.690,00	R\$ 11.643,35	0,533	-	-	0,507
Itamari (BA)	R\$ 103.381.930,00	R\$ 12.969,76	0,578	-	-	0,471
Nova Ibiá (BA)	R\$ 101.681.230,00	R\$ 15.600,07	0,570	-	-	0,423
Santa Teresinha (BA)	R\$ 101.417.890,00	R\$ 9.640,48	0,587	\$1.862.380,00	-	0,510
Aratuípe (BA)	R\$ 79.976.320,00	R\$ 9.038,92	0,575	-	-	0,466
Elísio Medrado (BA)	R\$ 76.733.040,00	R\$ 9.439,42	0,623	-	-	0,358
Muniz Ferreira (BA)	R\$ 66.810.060,00	R\$ 8.950,97	0,617	-	-	0,418
Dom Macedo Costa (BA)	R\$ 43.212.010,00	R\$ 10.611,99	0,632	-	-	0,383

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social (IVS, 2010); Atlas Brasil (2010); Comex Stat (2024); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).  
Organizado pela autora.

De acordo com Afonso, Araújo e Nóbrega (2007), as cidades brasileiras apresentam realidades muito distintas no que se refere à capacidade de arrecadar suas próprias receitas. No caso específico das cidades de médio porte, como Santo Antônio de Jesus, há uma posição intermediária: por um lado, eles já possuem uma base urbana consolidada que poderia sustentar tributos importantes, como o ISS e o IPTU; por outro, ainda enfrentam dificuldades administrativas e barreiras políticas que limitam o aproveitamento desse potencial.

Segundo os autores, a arrecadação dos cidades médios tende a se distribuir de forma relativamente equilibrada entre o ISS e o IPTU, havendo também alguma participação do ITBI e das taxas. Isso diferencia essas cidades tanto dos pequenos, que são quase totalmente dependentes de transferências, quanto das capitais, onde o IPTU tem mais peso. No entanto, quando analisamos a situação de Santo Antônio de Jesus em 2022, percebemos que esse equilíbrio ainda não se traduz em maior autonomia financeira. Do total de R\$2,12 bilhões arrecadados no período, apenas R\$261,6 milhões (12,3%) vieram de receitas próprias, enquanto R\$1,86 bilhão (87,7%) tiveram origem em transferências intergovernamentais. Esse dado confirma a análise de Afonso, Araújo e Nóbrega (2007), segundo a qual o sistema de transferências, ao garantir recursos relativamente estáveis, acaba reduzindo o incentivo ao esforço arrecadatório local.

Além disso, os autores destacam que, embora o IPTU seja um imposto clássico e de grande relevância no cenário internacional para o financiamento urbano, no Brasil ele ainda é pouco explorado. Isso ocorre tanto por limitações técnicas, como cadastros imobiliários desatualizados e dificuldades na avaliação dos imóveis, quanto por limitações políticas, já que se trata de um tributo direto e bastante visível para os contribuintes, o que gera resistência à sua ampliação. Esses fatores ajudam a explicar a realidade de Santo Antônio de Jesus, onde a baixa participação das receitas próprias sugere que o IPTU ainda não é utilizado em todo o seu potencial.

Por fim, quando olhamos para as despesas da cidade conforme apresentado na Tabela 4, percebemos como essa dependência é um problema. Em 2022, Santo Antônio de Jesus destinou cerca de R\$118 milhões à educação (28% da receita total) e cerca de R\$36 milhões à saúde (9%). Esses dois setores, que são centrais

no pacto federativo brasileiro, exigem investimentos constantes, mas a arrecadação própria limitada torna a cidade dependente de transferências para conseguir financiá-los. Assim, a situação de Santo Antônio de Jesus confirma de forma prática o diagnóstico de Afonso, Araújo e Nóbrega (2007): as cidades de médio porte têm condições de ampliar sua arrecadação, sobretudo com o IPTU, mas ainda não conseguem reduzir sua dependência em relação às transferências intergovernamentais, o que compromete sua autonomia fiscal e sua capacidade de planejamento no longo prazo.

Deste modo, a análise da Tabela 4 revela que, embora Santo Antônio de Jesus possua expressiva movimentação financeira e alto volume de receitas, ainda mantém forte dependência das transferências intergovernamentais. Tal cenário reforça a importância de ampliar a arrecadação própria e diversificar as fontes de receita municipal, de modo a fortalecer sua autonomia fiscal e a oferta de serviços públicos essenciais.

**Tabela 4 - Contas Municipais completas do Município de Santo Antônio de Jesus**

<b>Item</b>	<b>Valor* (Em R\$)</b>	<b>Diferença Percentual da Receita Total</b>
Receita Própria do Município	R\$ 127.217.504,38	30%
Transferência de Recursos	R\$ 296.337.033,81	70%
<b>RECEITA TOTAL</b> (Própria + Transferência)	R\$ 423.554.538,19	100%
Gastos com Saúde	R\$ 37.650.677,46	9%
Gastos com Educação	R\$ 118.432.250,46	28%

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-Ba, 2024)

Organizado pela autora.

\*Dados informados pelo gestor para exercício de 2022

### **3. SANTO ANTÔNIO DE JESUS: CENTRALIDADE, POLARIZAÇÃO E INFLUÊNCIA REGIONAL**

O presente capítulo tem como objetivo analisar o papel de Santo Antônio de Jesus enquanto centro de polarização e influência regional, destacando sua capacidade de articular fluxos econômicos, sociais e funcionais em sua rede urbana. Busca-se compreender de que forma a cidade consolida sua posição de centralidade, ao mesmo tempo em que exerce funções de comando e intermediação em relação aos municípios de sua área de influência.

A estrutura do capítulo está organizada em duas partes principais. A primeira, “A área de influência regional de Santo Antônio de Jesus: um olhar pelo viés da REGIC”, discute a metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para delimitar as regiões de influência das cidades e aplica essa abordagem ao caso em estudo, evidenciando o alcance espacial da centralidade de Santo Antônio de Jesus. A segunda, “Centralidade e polarização de Santo Antônio de Jesus”, analisa dados quantitativos relacionados à oferta de bens e serviços, interpretando a intensidade dos fluxos e a diversidade de funções urbanas que reforçam seu papel de polo regional.

Metodologicamente, o capítulo adota uma perspectiva descritivo-analítica, apoiada em dados secundários provenientes do REGIC (2007; 2018; 2020) e de estatísticas oficiais do IBGE - Instituto Brasileira de Geografia e Estatística; SEI - Estatísticas dos Municípios Baianos (2018); e-MEC - Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (2023); FEBRABAN - Busca Banco (2023); CnesWeb - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (2023); dentre outros, além de aportes teóricos de autores da geografia urbana e regional. A análise combina indicadores econômicos e sociais com discussões conceituais, de modo a compreender como a posição estratégica de Santo Antônio de Jesus, seus serviços especializados e sua rede de conexões fortalecem sua condição de cidade média com expressiva capacidade de polarização.

#### **3.1 A área de influência regional de Santo Antônio de Jesus: um olhar pelo viés da REGIC**

No campo da Geografia, o conceito de região apresenta múltiplas formulações

teóricas, entre as quais se destacam a região natural, a região geográfica, a região homogênea e a região funcional. Para compreender as dinâmicas que estruturam fluxos e interações espaciais no território, é mais adequado recorrer ao conceito de região funcional, definida pelo movimento de pessoas, mercadorias, informações e decisões. Como aponta Corrêa (1998), essas regiões são estabelecidas a partir dos fluxos que conectam diferentes pontos do espaço, diálogo que se aproxima da perspectiva de Bezzi (2004), segundo a qual as regiões funcionais se caracterizam pela intensidade e direção de fluxos como tráfego rodoviário, migrações pendulares e áreas de influência comercial. É essa concepção que fundamenta, por exemplo, as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) produzidas pelo IBGE.

Para a elaboração do estudo “Regiões de Influência das Cidades”, o IBGE se apropria de conceitos fundamentais como arranjos populacionais, cidades isoladas e concentrações urbanas. Segundo o estudo “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas”, publicado pelo próprio Instituto em 2016, os arranjos populacionais correspondem, em síntese, a unidades territoriais formadas por mais de um cidade que apresentam integração significativa, seja em razão da contiguidade das áreas urbanizadas ou pela intensidade dos deslocamentos da população para fins de trabalho ou estudo. Em contraste, as cidades isoladas são aquelas que não se inserem em arranjos. Já as concentrações urbanas configuram-se como arranjos populacionais cuja população total ultrapassa cem mil habitantes, ou ainda como cidades isoladas que atingem esse mesmo valor populacional.

Com base nesses conceitos, o IBGE passou a considerar todas as cidades que não integram arranjos populacionais como cidades, assim como os próprios arranjos, sendo cada arranjo reconhecido como uma unidade urbana. Esta adequação mostra-se necessária, uma vez que a cidade, objeto central do presente estudo, pode abranger diversas cidades que funcionam de forma integrada como uma única unidade urbana.

No estudo REGIC, as relações urbanas de proximidade constituem a base para compreender a rede urbana, pois revelam deslocamentos cotidianos em busca de bens e serviços. Contudo, para delinear a rede de forma mais precisa, o IBGE considera também as relações de longa distância, associadas a funções de

comando e gestão, que evidenciam a influência de determinados centros sobre outros. A identificação das cidades que exercem esse papel, seja pela presença de órgãos de gestão pública ou de sedes empresariais, é fundamental para estabelecer níveis hierárquicos na rede urbana e para caracterizar as conexões entre centros de maior porte. Dessa forma, mesmo as cidades e arranjos que não participaram diretamente dos questionários têm seus destinos principais determinados, ainda que voltados mais às funções de comando e gestão do que ao simples acesso a bens e serviços.

Deste modo, as atividades de gestão pública desempenham papel central na formação de centros hierárquicos da rede urbana, pois as sedes institucionais funcionam como polos de decisão e suas unidades descentralizadas disseminam ordens e prestam serviços à população. Na pesquisa REGIC (2018), para medir a centralidade da gestão pública e as conexões entre cidades, foram selecionadas instituições de alcance nacional e atuação descentralizada, como o INSS, a Receita Federal, o então Ministério do Trabalho e Emprego, a Justiça Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, além do IBGE. A escolha dessas instituições se justifica por representarem a forma como o Estado organiza o território e estabelece fluxos de comando.

Nesse contexto, os diferentes níveis de atuação dessas instituições foram comparados às divisões territoriais propostas pelo IBGE. O Quadro 1 apresenta a classificação das unidades descentralizadas de gestão pública em níveis hierárquicos, evidenciando a correspondência entre a estrutura institucional e a organização do território. O nível mais elementar, representado pelas agências e unidades de atendimento, corresponde à escala das Regiões Geográficas Imediatas, cuja função é captar a intensidade das interações cotidianas entre cidades. Já as unidades intermediárias, com abrangência maior que a imediata, foram relacionadas às Regiões Geográficas Intermediárias, enquanto os níveis subsequentes se vinculam às escalas estadual, regional e nacional. Considerou-se que a presença da estrutura de maior nível em cada cidade é representativa daquela unidade territorial, permitindo a mensuração da centralidade da gestão pública e a definição da região de influência de cada centro urbano (IBGE, 2017; 2020).

Quadro 1 - Classificação das Unidades descentralizadas de gestão pública em níveis de gestão

<b>Nível de gestão</b>	<b>INSS</b>	<b>Secretaria do Trabalho</b>	<b>Receita Federal</b>	<b>IBGE</b>	<b>Justiça Federal</b>	<b>Justiça Eleitoral</b>	<b>Justiça do Trabalho</b>
5	Sede do INSS	Sede da Secretaria do Trabalho	Sede da Receita Federal	Sede do IBGE	Superior Tribunal de Justiça	Tribunal Superior Eleitoral	Tribunal Superior do Trabalho
4	Superintendências Regionais	-	Regiões Fiscais	-	Tribunais Regionais Federais	-	-
3	-	Superintendências Regionais do Trabalho	-	Unidades Estaduais	Seções Judiciárias	Tribunais Regionais Eleitorais	Tribunais Regionais do Trabalho
2	Gerências Executivas	Gerências Regionais do Trabalho	Delegacias da Receita Federal e Delegacias de Agências e Inspetorias da Receita Federal	-	Subseções Judiciárias	-	-
1	Agências	Agências Regionais do Trabalho	Agências e Inspetorias da Receita Federal	Agências	-	Zonas Eleitorais	Varas do Trabalho

Fonte: Região de Influência das Cidades 2018 (REGIC)

Para além da dimensão pública, a pesquisa REGIC também considerou a centralidade das cidades na esfera da gestão empresarial, utilizando como referência o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), do IBGE, com ano-base de 2016. Essa base reúne informações cadastrais e econômicas de organizações formalmente constituídas e ativas, inscritas no CNPJ, e é atualizada anualmente por meio de pesquisas empresariais e registros administrativos (IBGE, 2020).

A unidade de análise adotada foi a unidade local, definida como o estabelecimento vinculado a um CNPJ, seja sede ou filial. Nesse contexto, foram denominadas empresas multilocalizadas aquelas que possuem ao menos duas unidades locais em cidades distintas, sendo uma delas a sede; já as empresas multilocalizadas concentram suas atividades em uma única cidade. A partir dessa diferenciação, buscou-se identificar não apenas a capacidade de direção das cidades, expressa pela presença de sedes empresariais, mas também sua capacidade de atração de filiais, fator igualmente determinante na configuração da

rede urbana.

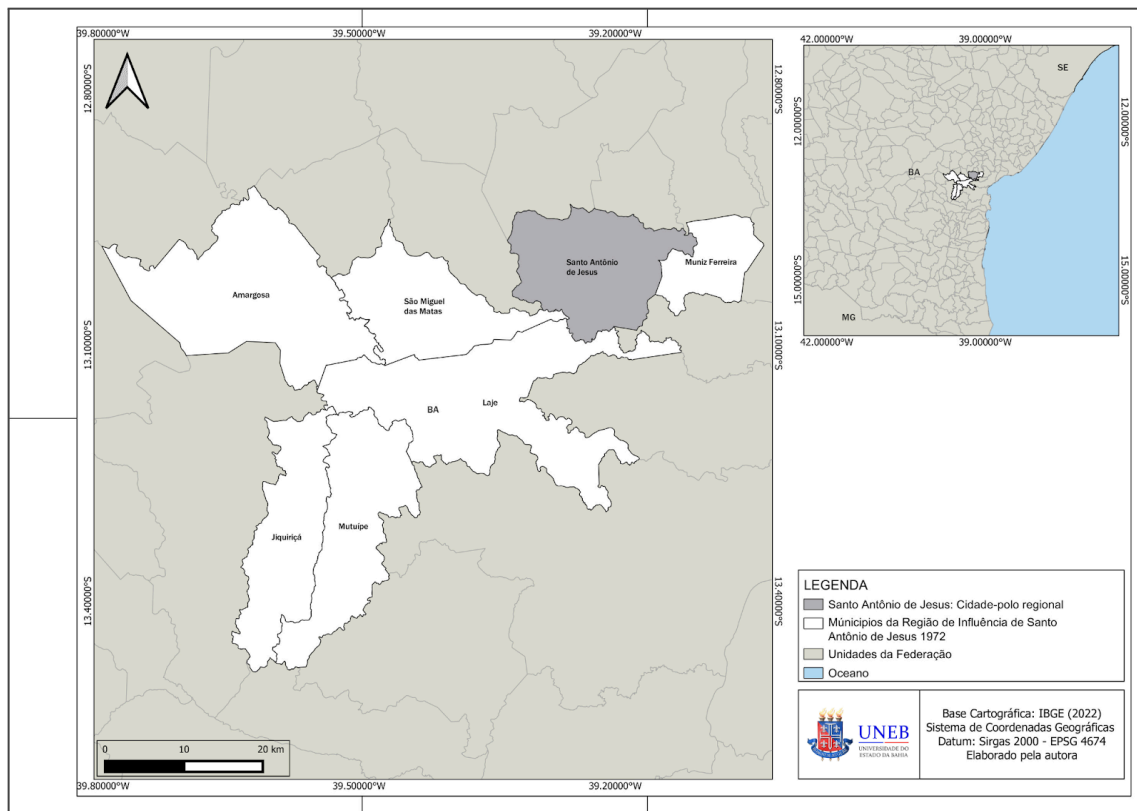
Para análise, estabeleceu-se que uma cidade seria considerada centro de gestão empresarial quando apresentasse, no mínimo, três empresas multilocalizadas conectadas a três cidades distintas. Esse critério permite mensurar a articulação territorial da gestão empresarial e sua contribuição para a definição da região de influência, ao evidenciar os principais nós da rede que concentram fluxos econômicos e relações interurbanas.

Em suma, a centralidade de gestão do território das cidades contribui para definir sua capacidade de articular fluxos administrativos e econômicos, aspecto fundamental para compreender a hierarquia urbana. Essa articulação se expressa por meio de ligações estabelecidas entre pares de cidades, seja pela presença de sedes e filiais empresariais, seja pela estrutura descentralizada de órgãos públicos. Tais conexões revelam relações de comando e subordinação que ultrapassam a proximidade geográfica, configurando redes de alcance regional e nacional.

Nesse sentido, as ligações de gestão pública e empresarial são componentes essenciais para a delimitação das regiões de influência, uma vez que evidenciam a dependência de determinadas cidades em relação a outras no acesso a serviços, decisões administrativas e fluxos corporativos. Esse critério permitiu identificar os centros de maior hierarquia na rede urbana, cuja relevância não se limita ao atendimento da população local, mas à sua capacidade de coordenar fluxos e direcionar comandos sobre áreas mais amplas (IBGE, 2020).

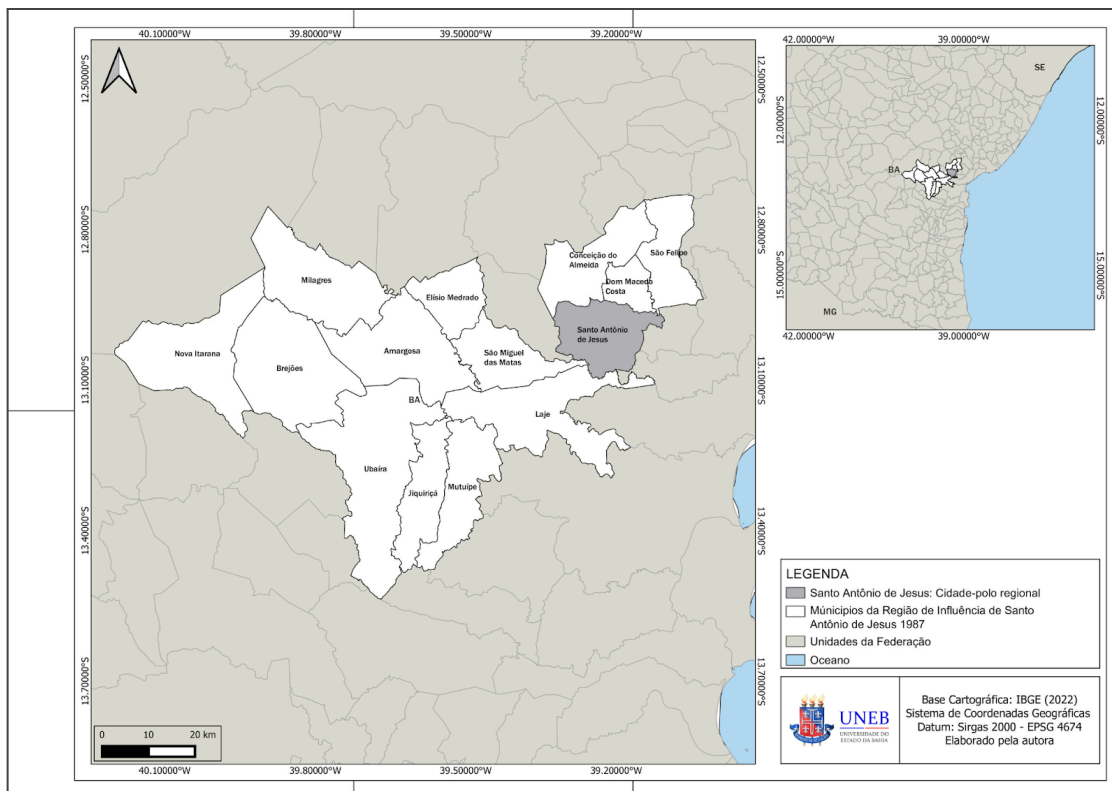
Com o intuito de visualizar de forma comparativa a evolução da área de influência de Santo Antônio de Jesus ao longo das diferentes edições da pesquisa REGIC (1972, 1987, 1993, 2007 e 2018), elaboraram-se mapas que representam os recortes espaciais atribuídos à cidade em cada período. Os mapas cartográficos a seguir, permitem observar como a centralidade regional se consolidou historicamente, evidenciando mudanças tanto na abrangência territorial quanto na hierarquia funcional exercida por Santo Antônio de Jesus em relação às cidades de seu entorno.

Figura 1 - Mapa de localização de Santo Antônio de Jesus e demais municípios de sua Região de Influência no ano de 1972.



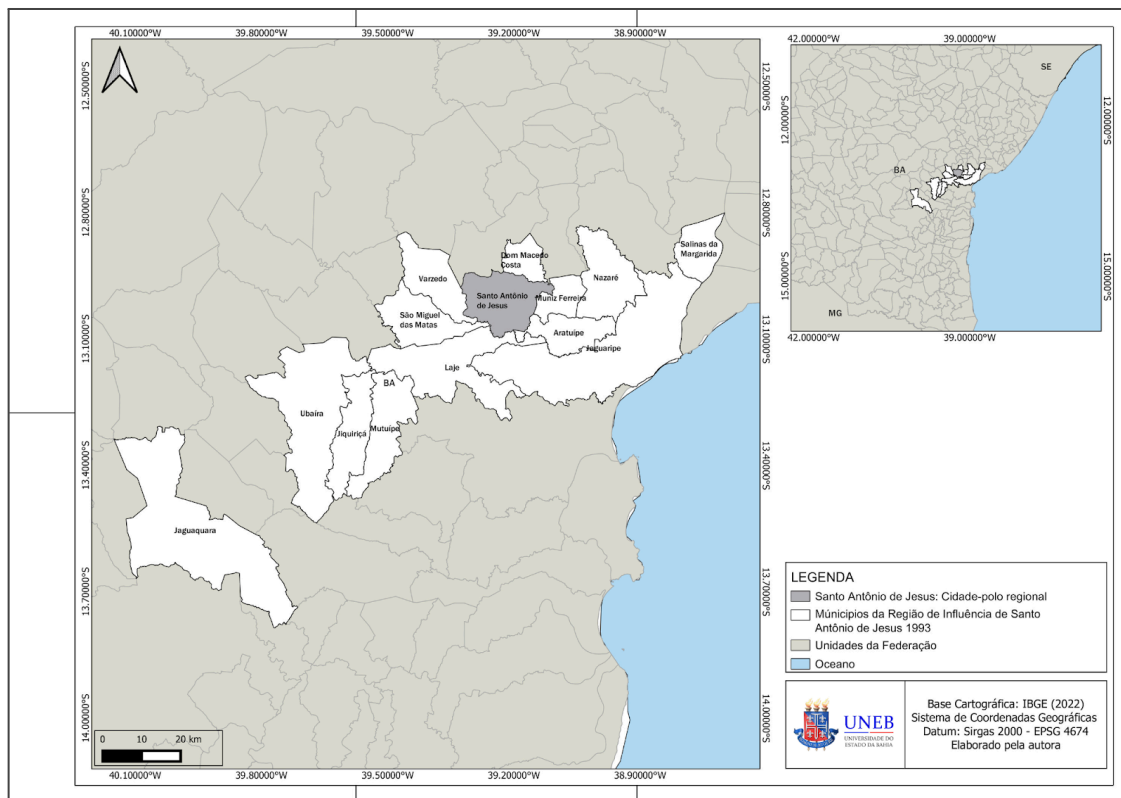
Elaboração: Própria autora

Figura 2 - Mapa de localização de Santo Antônio de Jesus e demais municípios de sua Região de Influência no ano de 1987.



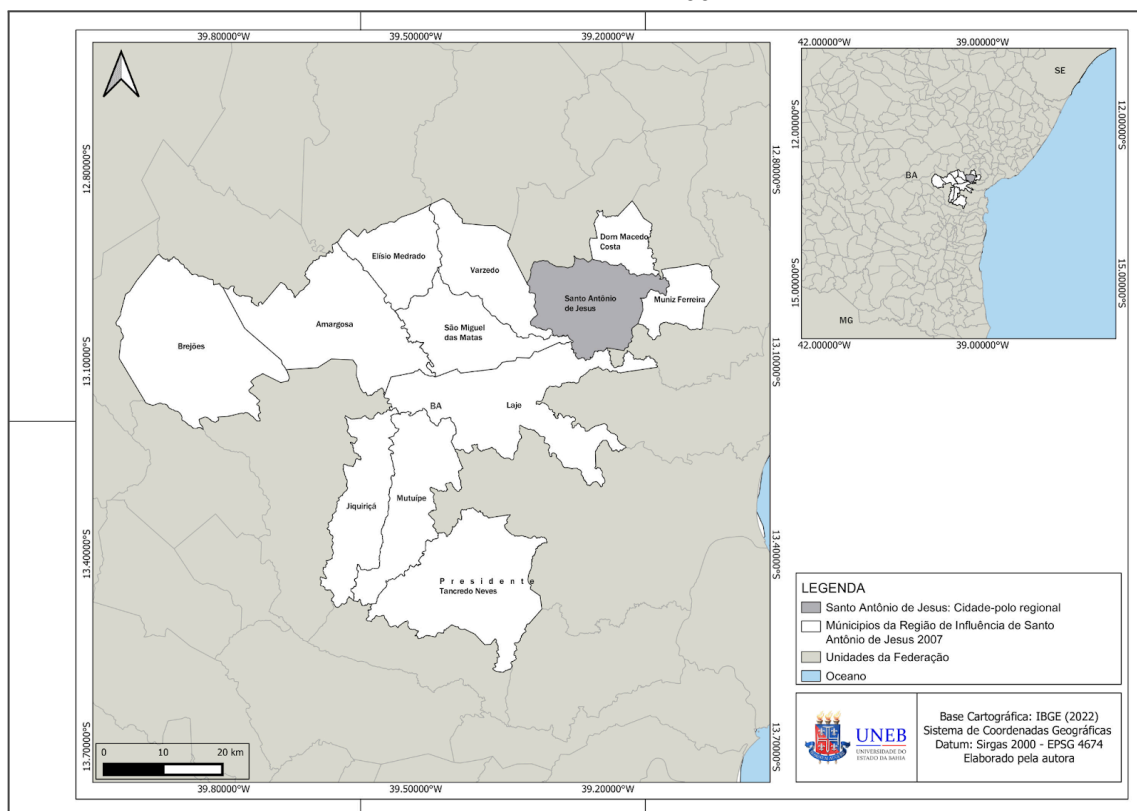
Elaboração: Própria autora

Figura 3 - Mapa de localização de Santo Antônio de Jesus e demais municípios de sua Região de Influência no ano de 1993.



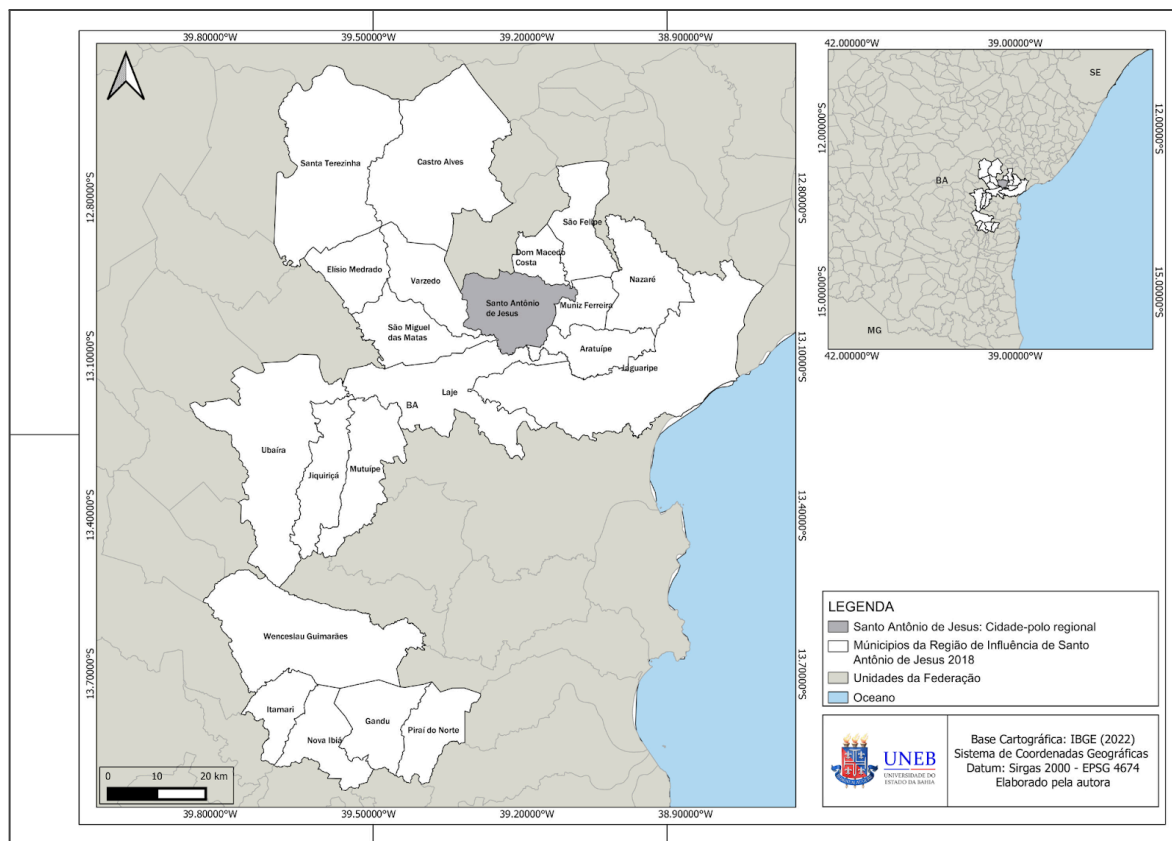
Elaboração: Própria autora

Figura 4 - Mapa de localização de Santo Antônio de Jesus e demais municípios de sua Região de Influência no ano de 2007.



Elaboração: Própria autora

Figura 5 - Mapa de localização de Santo Antônio de Jesus e demais municípios de sua Região de Influência no ano de 2018.



Elaboração: Própria autora

A evolução da área de influência de Santo Antônio de Jesus pode ser observada nos diferentes recortes da REGIC, em que se evidencia não apenas a mudança qualitativa do papel da cidade, mas também o crescimento quantitativo de sua rede de cidades associadas. No mapa de 1972, sua área de influência abrange um número reduzido de localidades, revelando um núcleo ainda restrito e de funções básicas. Já em 1987, nota-se a incorporação de novas cidades, ampliando significativamente o alcance territorial e consolidando a cidade como referência para serviços mais especializados. O recorte de 1993 reforça esse movimento, com aumento expressivo da quantidade de cidades sob sua órbita, indicando que Santo Antônio de Jesus passava a desempenhar funções de intermediação regional com maior intensidade.

No mapa de 2007, ainda que a área de influência não tenha apresentado uma expansão tão marcante em número de cidades quanto no período anterior, observa-se a manutenção e fortalecimento das conexões existentes, o que indica a consolidação da cidade como centro sub-regional de maior porte. Por fim, em 2018, a abrangência territorial atinge seu ponto mais amplo, tanto em termos quantitativos,

com a maior quantidade de cidades sob sua influência, quanto qualitativos, refletindo a diversificação de funções urbanas ligadas ao comércio, à saúde e à educação.

Assim, a leitura conjunta dos diferentes recortes evidencia um processo contínuo de ampliação e consolidação da centralidade de Santo Antônio de Jesus, em que cada edição da REGIC acrescenta novos elementos à sua área de influência. O crescimento quantitativo de cidades integradas, aliado ao fortalecimento das funções urbanas exercidas, confirma o papel de destaque da cidade como núcleo polarizador da região.

Essa evolução espacial representada nos mapas dialoga diretamente com os dados do REGIC 2018, em que Santo Antônio de Jesus apresenta um Índice de Atração muito superior ao dos demais centros da região. A análise quantitativa, portanto, reforça o que já se observa na dimensão cartográfica: a consolidação de sua centralidade regional e a capacidade de polarizar fluxos cada vez mais amplos e diversificados.

Portanto, a REGIC 2018 acrescenta uma dimensão empírica à análise das regiões de influência ao investigar os fluxos de proximidade entre as cidades. Por meio da aplicação de questionários a diferentes informantes locais, foi possível identificar os principais destinos procurados pela população para acessar bens e serviços, tais como comércio, saúde, educação e transporte. Essa metodologia evidenciou os vínculos cotidianos que estruturam a rede urbana e permitem compreender de que forma determinados centros exercem papel polarizador sobre seu entorno. A Tabela 5 ilustra essa dinâmica, apresentando a região de influência de Santo Antônio de Jesus (Ba):

Tabela 5 - Índice de Atração dos municípios da região de Influência de Santo Antônio de Jesus (Ba)

Município	IA	IA Questão 1	IA Questão 2	IA Questão 3	IA Questão 4	IA Questão 5	IA Questão 6	IA Questão 7	IA Questão 8	IA Questão 9	IA Questão 10
Santo Antônio de Jesus	215866,05	423153,57	455419,00	352296,82	171683,50	169494,95	269413,76	134533,38	0,00	0,00	78221,46
Gandu	25033,72	38120,13	46466,08	19097,88	0,00	3279,33	19454,23	49096,43	0,00	0,00	55517,50
Nazaré	10740,49	16298,82	9704,93	9187,32	1028,18	0,00	12286,14	11315,21	0,00	0,00	40454,91
Mutuípe	9475,41	15416,20	14234,50	12450,87	0,00	0,00	414,40	20841,25	0,00	0,00	28041,93
Ubaira	5121,07	3179,37	2468,97	0,00	0,00	0,00	1711,48	20691,75	0,00	0,00	21040,04
Castro Alves	5097,01	9752,57	8523,37	3985,37	0,00	1221,35	8937,98	4205,25	0,00	0,00	10678,95
Laje	3292,40	0,00	0,00	3924,55	0,00	0,00	0,00	10045,60	0,00	0,00	17068,71
Wenceslau Guimarães	3034,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3467,33	7732,07	0,00	0,00	18080,69
Jiquiriçá	1963,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2658,33	0,00	2655,77	13654,16
Santa Teresinha	1193,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1257,50	328,60	0,00	0,00	9154,63
São Felipe	1047,37	0,00	3755,27	0,00	0,00	0,00	0,00	577,73	0,00	0,00	6140,74
São Miguel das Matas	674,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1649,67	4794,15	0,00	0,00	0,00
Elísio Medrado	559,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1638,42	3708,33	0,00	0,00	0,00
Itamari	336,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245,33	2784,88	0,00	0,00	0,00
Dom Macedo Costa	231,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2310,93	0,00	0,00	0,00
Muniz Ferreira	212,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1549,00	366,97	0,00	0,00	0,00
Aratuípe	170,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1706,00
Varzedo	38,31	0,00	0,00	0,00	0,00	344,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Região de Influência das Cidades, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (REGIC, 2018).

Organizado pela autora.

Notas:

IA: Índice de atração geral como destino para moradores de outros municípios para consumo de bens e serviços

IA Questão 1: Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para compra de itens de calçados e vestuário

IA Questão 2: Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para compra de móveis e eletroeletrônicos

IA Questão 3: Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para serviços de saúde de baixa e média complexidades

IA Questão 4: Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para serviços de saúde de alta complexidade

IA Questão 5: Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para ensino superior

IA Questão 6: Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para atividades culturais

IA Questão 7: Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para atividades esportivas

IA Questão 8: Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para aeroporto

IA Questão 9: Índice de atração como origem da editoração de jornais que circulam em outros municípios ou sem circulação de jornais

IA Questão 10: Índice de atração do município de destino sobre os mais frequentes de transporte público coletivo

A análise dos dados do REGIC (2018) evidencia o papel de Santo Antônio de Jesus como o principal polo de atração de bens e serviços na rede urbana de sua região de influência. Classificado como Centro Sub Regional A, a cidade apresenta um Índice de Atração (IA) geral de 215.886,05, valor que supera em mais de oito vezes o de Gandu, segundo colocado, cujo IA é de 25.033,72 (IBGE, 2020). Essa diferença expressiva revela a centralidade de Santo Antônio de Jesus, que concentra fluxos de consumo e serviços em escala muito superior à dos centros locais vizinhos.

Convém destacar que o Índice de Atração não corresponde à população residente, tampouco a uma porcentagem. Trata-se de uma medida absoluta que expressa a estimativa de pessoas atraídas de outras cidades para consumir bens e acessar serviços em determinada localidade. Em outras palavras, os valores representam o volume aproximado de fluxos populacionais direcionados à cidade em função de suas funções urbanas, sendo, portanto, um indicador direto da sua capacidade de polarização regional (IBGE, 2020).

No caso de Santo Antônio de Jesus, a alta magnitude do índice indica não apenas volume de procura, mas também diversidade e complexidade de funções urbanas, como comércio de vestuário e eletroeletrônicos, serviços de saúde de média e alta complexidade, ensino superior, transporte coletivo e atividades culturais (IBGE, 2020). Essa multiplicidade de funções reforça o papel da cidade como núcleo regional de convergência.

A compreensão desse fenômeno pode ser enriquecida pela teoria dos lugares centrais, proposta por Christaller (1966), segundo a qual as cidades organizam-se hierarquicamente a partir de princípios como alcance e limiar. Centros de nível superior concentram serviços que exigem maior área de influência e maior volume populacional para se manter, atraindo consumidores de localidades vizinhas. No caso analisado, Santo Antônio de Jesus apresenta características típicas de um lugar central sub-regional, visto que sustenta atividades que não encontram viabilidade em centros locais menores, como Mutuípe, Ubaíra ou Nazaré.

Autores da geografia crítica também oferecem subsídios para compreender a centralidade dessa cidade. Para Santos (1996), o espaço deve ser entendido como

resultado de fluxos, técnicas e relações sociais, o que implica reconhecer que a força de um centro urbano deriva da articulação entre infraestrutura, políticas públicas e dinâmicas históricas. Castells (2000), ao discutir as cidades como nós em redes, reforça essa perspectiva, destacando que a posição de um núcleo na rede urbana é definida por sua conectividade e pela diversidade de funções que concentra. Nesse sentido, Santo Antônio de Jesus constitui-se como um nó estratégico, articulando tanto fluxos econômicos quanto sociais no contexto regional.

Assim, os dados do REGIC (2018), aliados à teoria das localidades, demonstram que a centralidade de Santo Antônio de Jesus resulta da combinação de fatores demográficos, econômicos e territoriais. Sua função polarizadora sustenta uma rede hierarquizada, em que as cidades locais cumprem papéis complementares, mas permanecem estruturalmente dependentes do centro subregional.

Ademais, os dados junto a análise dos Centros Locais, também evidenciam como a rede urbana regional se organiza de forma hierarquizada e complementar. Embora Santo Antônio de Jesus concentre a maior parte das funções de comando, cidades como Nazaré, Mutuípe e Ubaíra demonstram que a dinâmica territorial não se resume a uma relação de dependência unilateral. Esses centros, ainda que de porte reduzido, desempenham papéis estratégicos ao distribuírem fluxos e atender demandas específicas de suas populações e de áreas vizinhas (CORRÊA, 2004). Corrêa (2004), também aponta que a rede urbana brasileira é composta por uma estrutura complexa, em que cidades de diferentes portes e funções estão interligadas, formando uma rede de interdependências. Bacelar (2009), enfatiza que cidades de menor porte, a exemplo de Nazaré, Mutuípe e Ubaíra, desempenham funções essenciais na organização territorial, contribuindo para a redistribuição de fluxos e serviços.

No caso de Nazaré, o IA acima de 10 mil indica uma capacidade de polarização significativa, especialmente nos setores de saúde de média complexidade (IA Questão 3) e de atividades culturais (IA Questão 6). Isso sugere que, mesmo estando dentro da esfera de influência de Santo Antônio de Jesus, a cidade também se projeta como referência para localidades menores, funcionando como um nó secundário que alivia a pressão sobre o polo central. Essa situação

confirma o argumento de Corrêa (2004) sobre a complementaridade entre centros urbanos de diferentes portes e a importância estratégica de cidades médias na redistribuição de fluxos e serviços em uma rede urbana hierarquizada.

Mutuípe, por sua vez, ultrapassa IA de 9 mil, com destaque para as atividades esportivas (IA Questão 7), evidenciando um perfil mais especializado. Esse caráter setorial reforça a ideia de que os centros locais não buscam competir diretamente com o polo regional, mas sim desempenhar funções complementares, consolidando uma rede de serviços mais diversificada e capilarizada (CORRÊA, 2004). Assim, a análise do IA confirma a visão teórica de que cidades médias e centros locais desempenham papéis estratégicos ao intermediar fluxos e atender demandas específicas, fortalecendo a organização hierarquizada e complementar da rede urbana regional.

Já Ubaíra, com IA superior a 5 mil, se destaca pela provisão de serviços básicos de saúde (IA Questão 3) e pelo comércio local de pequeno porte. Apesar de sua dependência estrutural de Santo Antônio de Jesus, a cidade ainda exerce atração em seu entorno imediato, evitando que demandas cotidianas se concentrem exclusivamente no polo central. Em conjunto, esses centros configuram o que Corrêa (2004) denomina de articulação escalar das localidades, na qual cada cidade, segundo sua capacidade de atração e especialização, contribui para a integração do espaço regional. Longe de enfraquecer a centralidade de Santo Antônio de Jesus, os centros locais reforçam sua posição, pois atuam como intermediários que canalizam fluxos de áreas periféricas, assegurando que a rede funcione de forma mais equilibrada e eficiente (CORRÊA, 2004).

Em síntese a análise da Tabela 5 permite constatar que Santo Antônio de Jesus exerce expressiva capacidade de atração sobre os municípios de sua área de influência, consolidando-se como o principal polo regional. Os fluxos de deslocamento, consumo e serviços reforçam o papel da cidade como referência territorial, evidenciando uma estrutura de rede urbana fortemente polarizada e dependente do centro sub-regional.

### **3.2 Centralidade e polarização de Santo Antônio De Jesus**

A compreensão da centralidade urbana de Santo Antônio de Jesus pode ser

fortalecida por meio da análise de dados que evidenciam sua função de polo regional. A distribuição das ofertas de bens e serviços na região de influência do município revela não apenas a dimensão quantitativa das atividades econômicas, mas também a diversidade e a capacidade de polarização que diferenciam a cidade em relação aos demais centros de sua rede de influência. Esses elementos constituem indicadores fundamentais para compreender o papel desempenhado pelo município como polo articulador do recôncavo sul baiano, uma vez que revelam sua capacidade de atrair fluxos populacionais e econômicos de diferentes localidades.

Conforme destaca Corrêa (2006), a centralidade das cidades médias é marcada pela concentração de funções urbanas que extrapolam o atendimento das demandas locais, configurando-se como nós fundamentais na rede urbana. De modo semelhante, Sposito (2001) ressalta que a oferta diversificada de bens e serviços é um dos principais fatores que asseguram a polarização exercida por esses centros, ampliando sua área de influência sobre os municípios vizinhos.

A Tabela 6, mostra que, na região de influência de Santo Antônio de Jesus, há uma clara predominância dos setores de comércio (49% dos estabelecimentos) e serviços (26% dos estabelecimentos) em relação aos demais ramos de atividade. Essa configuração revela que a base econômica dos municípios de pequeno e médio porte da região se ancora na prestação de bens e serviços voltados ao atendimento da própria população e da demanda regional.

Ainda que a indústria de transformação esteja presente (8% dos estabelecimentos), sua participação é relativamente menor e bastante concentrada em Santo Antônio de Jesus. Essa característica indica que a industrialização, embora relevante, não se distribui de forma homogênea na região, reforçando a função de Santo Antônio de Jesus como o polo centralizador das atividades econômicas de maior complexidade.

Esse padrão de especialização econômica pode ser compreendido a partir da Teoria dos Lugares Centrais de Christaller (1933), que explica como determinados centros urbanos concentram atividades de comércio e serviços, fundamentais para atender à demanda dos municípios menores de sua área de influência. Além disso,

segundo Corrêa (1989, 2006), a predominância do comércio e serviços nas cidades médias brasileiras reforça seu papel de nós articuladores da rede urbana, assumindo funções regionais de intermediação entre pequenas localidades e centros de maior hierarquia.

Os dados demonstram que Santo Antônio de Jesus concentra 47% do total de estabelecimentos da região de influência (2.092 de 4.416). Esse percentual, quase metade de toda a estrutura econômica regional, é um indicador direto da centralidade exercida pelo município. Além da quantidade, destaca-se também a diversidade setorial, pois a cidade reúne estabelecimentos de comércio, serviços, indústria de transformação e agropecuária, apresentando uma configuração mais complexa do que os demais centros da região.

Essa diversidade é fundamental, pois permite que Santo Antônio de Jesus ofereça bens e serviços de diferentes ordens, desde aqueles de consumo cotidiano até os de maior especialização, ampliando sua capacidade de atração sobre a população de municípios vizinhos. Esse aspecto diferencia o município dos demais centros regionais, que apresentam uma estrutura produtiva mais limitada e menos diversificada.

Essa centralidade pode ser explicada pela lógica apresentada por Christaller (1933) na Teoria dos Lugares Centrais, segundo a qual os centros urbanos de maior hierarquia concentram maior diversidade de funções e serviços, atendendo a uma área de influência mais ampla. Do ponto de vista da realidade brasileira, Sposito (2001) enfatiza que a centralidade das cidades médias é sustentada justamente pela oferta variada de bens e serviços, que extrapola a demanda local e garante a atração de fluxos regionais. Nesse sentido, os dados analisados confirmam o papel de Santo Antônio de Jesus como cidade média com funções de polarização, articulando-se como nó estratégico na rede urbana baiana.

Já nas cidades de menor porte da região, como Dom Macedo Costa, Nova Ibiá, Piraí do Norte e Aratuípe, observa-se uma estrutura econômica pouco diversificada, sustentada basicamente por atividades ligadas ao comércio e à agropecuária. Esses centros funcionam, portanto, como centros locais de atendimento cotidiano às necessidades de sua própria população, sem exercer papel significativo de atração sobre cidades vizinhas. Essa configuração evidencia

sua dependência de centros de maior porte, sobretudo Santo Antônio de Jesus, que concentra funções de maior complexidade, além de algumas cidades, como Nazaré, Mutuípe e Gandu, que desempenham papéis secundários na rede regional. Essa lógica se aproxima do que Christaller (1933) descreveu em sua Teoria dos Lugares Centrais, ao destacar que os centros de menor hierarquia oferecem bens e serviços de ordem inferior, permanecendo subordinados aos centros mais complexos. Do mesmo modo, Corrêa (1989) ressalta que as cidades pequenas no Brasil possuem funções restritas, voltadas primordialmente ao atendimento local, tornando-se fortemente vinculadas às cidades médias, condição que se confirma na relação de dependência observada em relação a Santo Antônio de Jesus.

Embora a agropecuária e o extrativismo possuam relevância histórica e social para a região, os dados revelam que o número de estabelecimentos ligados a esses setores é proporcionalmente reduzido (11% no total), especialmente quando comparado ao comércio e aos serviços. Isso sugere que tais atividades se organizam, em grande parte, em torno de pequenas propriedades de caráter familiar ou em formas de produção não totalmente captadas pelas estatísticas formais. Além disso, a baixa representatividade da agropecuária na estrutura produtiva regional reforça a ideia de que a dinâmica econômica está cada vez mais centrada na oferta de bens e serviços.

Nesse contexto, a interpretação de Santos (1996) sobre a seletividade espacial das atividades econômicas ajuda a compreender, pois demonstra que a lógica do território tende a privilegiar os pontos onde há maior concentração de fluxos e infraestrutura, em detrimento das áreas onde predominam atividades menos complexas. Assim, a centralidade de Santo Antônio de Jesus se afirma justamente por concentrar setores de maior dinamismo, enquanto a agropecuária, embora presente, permanece como atividade de suporte, com baixa capacidade de estruturar fluxos regionais de maior escala.

Tabela 6 - Distribuição de Estabelecimento por setor de atividade

Municípios da Região de Influência de Santo Antônio de Jesus	Indústrias				Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária e Extrativismo	Total de Atividades
	Extrativismo Mineral	Transformação	Serv. Industrial de Utilidade Pública	Construção Civil					
Santo Antônio de Jesus (BA)	0	241	6	58	1.031	679	3	74	2.092
Gandu (BA)	0	27	0	7	255	119	2	54	464
Nazaré (BA)	7	15	0	7	167	90	2	30	318
Castro Alves (BA)	6	19	0	7	114	61	2	42	251
Mutuípe (BA)	0	16	0	0	124	45	2	16	203
Ubaíra (BA)	0	7	0	3	70	36	2	38	156
Wenceslau Guimarães (BA)	0	7	0	0	50	14	2	45	118
Laje (BA)	2	5	0	2	63	22	2	22	118
Santa Teresinha (BA)	1	1	0	15	27	12	2	22	80
Jiquiriçá (BA)	0	5	1	3	44	13	2	12	80
São Felipe (BA)	0	5	0	1	24	25	2	17	74
Jaguaripe (BA)	2	3	0	1	12	11	2	31	62
São Miguel das Matas (BA)	0	2	0	0	33	12	2	9	58
Varzedo (BA)	0	5	0	2	23	9	2	13	54
Aratuípe (BA)	0	1	0	0	21	2	2	22	48
Elísio Medrado (BA)	0	7	0	0	22	6	2	10	47
Itamarí (BA)	0	3	0	0	21	3	2	15	44
Muniz Ferreira (BA)	0	1	0	2	22	5	2	12	44
Nova Ibiá (BA)	0	3	0	2	9	2	1	24	41
Pirai do Norte (BA)	1	0	0	0	19	3	2	9	34
Dom Macedo Costa (BA)	0	0	0	0	14	4	2	10	30
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>373</b>	<b>7</b>	<b>110</b>	<b>2.165</b>	<b>1.173</b>	<b>42</b>	<b>527</b>	<b>4.416</b>

Fontes: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2019).

Organizado pela autora.

A partir da Tabela 7, observa-se que Santo Antônio de Jesus concentra a maior parte dos estabelecimentos da região, evidenciando sua posição de destaque no contexto econômico local. Essa predominância reflete a lógica de centralidade formulada por Christaller (1933) em sua teoria dos lugares centrais, segundo a qual determinados núcleos urbanos se destacam pela capacidade de oferecer bens e serviços mais diversificados e especializados em relação aos centros vizinhos. No contexto brasileiro, Corrêa (1989, 2000) também discute como a rede urbana se organiza em torno de centros que polarizam fluxos econômicos, reforçando hierarquias regionais. Assim, a expressividade de Santo Antônio de Jesus pode ser interpretada como resultado de sua posição de cidade média com funções de intermediação entre os pequenos municípios entorno e a do metrópole baiana, tal como analisado por Sposito (2001, 2007) ao tratar do papel estratégico das cidades médias no processo de integração territorial.

O perfil empresarial da região revela que a maior parte dos estabelecimentos é composta por Microempreendedores Individuais (MEI), que somam 54,9% do total, seguidos das Microempresas (ME), com 30,9%. Essa configuração indica um tecido econômico fortemente sustentado por pequenos negócios, geralmente vinculados ao setor de comércio e serviços pessoais. Segundo estudos do SEBRAE (2022), os micro e pequenos empreendimentos representam a base da economia brasileira, sendo fundamentais para a geração de emprego e para a inclusão produtiva. Essa prevalência de microempreendimentos também se relaciona à reflexão de Santos (1996), ao apontar como a urbanização brasileira incorpora práticas econômicas de caráter informal e fragmentado, mas que são vitais para a dinâmica local.

A análise da distribuição dos estabelecimentos entre os municípios, também, evidencia a existência de uma hierarquia regional, na qual Santo Antônio de Jesus concentra 40,88% do total, seguido por centros secundários como Gandu (8,40%), Castro Alves (7,39%), Nazaré (7,19%) e São Felipe (6,22%), que desempenham papel de subpolos em suas áreas de influência. Em contrapartida, municípios de menor porte, como Muniz Ferreira (0,95%) e Dom Macedo Costa (0,82%), apresentam dinamismo econômico bastante limitado, dependente da oferta de bens e serviços concentrada nos polos mais expressivos.

Neste sentido, Corrêa (1988) aprofundou esse debate ao demonstrar que a rede urbana se organiza em torno de centros hierarquizados, cuja capacidade de polarização depende não apenas de sua escala demográfica, mas também da diversidade de suas funções urbanas. Do mesmo modo, Sposito (2001, 2007) destaca a relevância das cidades médias como elementos intermediários na rede urbana, funcionando como nós articuladores entre pequenas cidades e metrópoles. A hierarquia observada na região de Santo Antônio de Jesus, portanto, revela não apenas sua centralidade regional, mas também a presença de uma estrutura polinucleada, em que subpolos desempenham papéis complementares, configurando um espaço regional integrado por relações de dependência e interdependência econômica.

Desta forma, observa-se na Tabela 7 que a maioria dos estabelecimentos da região é composta por micro e pequenas empresas, refletindo a predominância de atividades de baixa escala e capital local. Entretanto, em Santo Antônio de Jesus há uma maior presença de empresas de médio porte, o que demonstra um estágio mais avançado de desenvolvimento econômico e de capacidade empreendedora, reforçando sua centralidade frente aos municípios vizinhos.

Tabela 7 - Distribuição de Estabelecimento por porte (Ativas em 2024)

Municípios	Micro Empresário Individual (MEI)	Microempresa (ME)	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Outros	Total	Total em relação a região de influência de Santo Antônio de Jesus
Santo Antônio de Jesus (BA)	5.997	3.538	541	862	10.938	40,88%
Gandu (BA)	1.043	952	64	190	2.249	8,40%
Castro Alves (BA)	1.377	368	66	166	1.977	7,39%
Nazaré (BA)	1.216	472	42	194	1.924	7,19%
São Felipe (BA)	1.002	485	48	130	1.665	6,22%
Ubaíra (BA)	494	494	24	130	1.142	4,27%
Mutuípe (BA)	580	290	40	140	1.050	3,92%
Laje (BA)	419	210	28	154	811	3,03%
Wenceslau Guimarães (BA)	299	249	9	130	687	2,57%
Jiquiriçá (BA)	407	161	26	79	673	2,52%
Jaguaripe (BA)	311	127	12	102	552	2,06%
São Miguel das Matas (BA)	247	93	11	67	418	1,56%
Varzedo (BA)	216	115	15	68	414	1,55%
Santa Teresinha (BA)	99	153	20	86	358	1,34%
Aratuípe (BA)	187	88	49	2	326	1,22%
Elísio Medrado (BA)	149	116	6	46	317	1,18%
Piraí do Norte (BA)	150	85	6	47	288	1,08%
Itamari (BA)	151	82	4	44	281	1,05%
Muniz Ferreira (BA)	125	69	11	50	255	0,95%
Dom Macedo Costa (BA)	119	56	6	38	219	0,82%
Nova Ibiá (BA)	105	61	4	44	214	0,80%
<b>Total</b>	<b>14.693</b>	<b>8.264</b>	<b>1.032</b>	<b>2.769</b>	<b>26.758</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2022)

Organizado pela autora.

A distribuição dos serviços apresentados na Tabela 8 evidencia a expressiva centralidade funcional de Santo Antônio de Jesus em sua região de influência. Observa-se que o município concentra uma parcela significativa dos serviços de maior complexidade, como as instituições de ensino superior (44,44% das públicas e 33,33% das privadas), leitos hospitalares (48,76%) e agências bancárias privadas (60%). Essa concentração demonstra a função polarizadora desempenhada pela cidade, que atua como centro regional de provisão de bens e serviços especializados, atraindo fluxos populacionais de municípios vizinhos. De acordo com Christaller (1933), a hierarquia urbana se estabelece justamente a partir da distribuição desigual de funções e da capacidade de atendimento a uma população além dos limites municipais.

Nesse sentido, Corrêa (2007) ressalta que a centralidade é um atributo essencial para compreender o papel de um núcleo urbano na rede de cidades, uma vez que está associada à diversidade e à complexidade das atividades concentradas em seu território. Do mesmo modo, o REGIC 2020 (IBGE, 2021) confirma que Santo Antônio de Jesus desempenha o papel de centro de média influência, caracterizando-se por sua capacidade de articular fluxos regionais e prover serviços que extrapolam as demandas locais. Assim, a concentração de estabelecimentos bancários, hospitalares e educacionais reflete uma centralidade consolidada, consolidando o município como polo intermediário entre a metrópole de Salvador e os pequenos centros do entorno.

A estrutura de distribuição dos serviços na região de influência de Santo Antônio de Jesus revela uma hierarquia funcional bem definida, expressa tanto na quantidade quanto na complexidade dos estabelecimentos. Observa-se que, no município, existem 59 instituições de ensino públicas, das quais 52 são de nível fundamental, 3 de nível médio e 4 de nível superior, representando, respectivamente, 9,83%, 11,54% e 44,44% do total regional. Tal diferença indica que os níveis de ensino mais básicos estão mais dispersos territorialmente, enquanto o ensino superior tende à concentração urbana, característica de centros regionais com maior capacidade de polarização.

De modo semelhante, ocorre no setor privado, em que Santo Antônio de Jesus concentra 71 escolas particulares, sendo 43 de ensino fundamental (42,16%),

4 de ensino médio (36,36%) e 24 de ensino superior (33,33%), reafirmando seu papel como principal núcleo educacional da região. Essa distribuição desigual de funções corrobora o que Corrêa (2005) define como a essência da hierarquia urbana, estruturada pela concentração de serviços centrais que atendem tanto à população local quanto à regional. Nesse sentido, Sposito (2001) destaca que as cidades médias se singularizam por reunir serviços especializados, como a educação e a saúde, que geram fluxos e reforçam a integração territorial. A classificação de Santo Antônio de Jesus como centro de média influência pelo REGIC 2020 (IBGE, 2021) reforça essa interpretação, evidenciando que o município desempenha funções intermediárias entre a metrópole de Salvador e os pequenos centros do entorno, ao concentrar uma proporção expressiva dos serviços regionais.

Os dados da Tabela 8 demonstram uma forte dependência regional dos municípios vizinhos em relação a Santo Antônio de Jesus, especialmente nos serviços de saúde, educação superior e setor bancário, cuja oferta está fortemente concentrada no núcleo central. O município reúne 432 leitos hospitalares, o que corresponde a 48,76% do total regional, sendo 121 deles privados, representando 96,80% dos leitos particulares disponíveis em toda a região. Tal concentração reforça o papel de Santo Antônio de Jesus como principal referência hospitalar e de atendimento especializado, atraindo diariamente usuários de cidades circunvizinhas.

O mesmo padrão é observado no setor bancário, no qual a cidade abriga 7 agências privadas, equivalentes a 43,75% do total existente nos municípios da área de influência. Já em relação ao ensino superior, o município concentra 3 instituições públicas (50%) e 1 privada (33,33%), o que confirma sua centralidade como polo educacional regional. Essa expressiva concentração de serviços de média e alta complexidade evidencia que os municípios do entorno permanecem fortemente dependentes de Santo Antônio de Jesus para o acesso a bens e serviços essenciais.

Conforme Santos e Silveira (2001), a desigual distribuição territorial das infraestruturas e equipamentos urbanos é uma das principais manifestações da fragmentação e da seletividade do meio técnico-científico-informacional, o que reforça a centralização das funções urbanas em cidades médias dinamizadas economicamente. Além disso, Brandão (2012) argumenta que o processo de

interiorização de atividades produtivas e de serviços no Brasil, embora amplie o acesso regional, ainda se realiza de forma concentradora, consolidando polos intermediários como referências funcionais.

Nesse contexto, a classificação de Santo Antônio de Jesus como centro de média influência pelo REGIC 2020 (IBGE, 2021) confirma sua posição de núcleo articulador regional, do qual os municípios vizinhos dependem para suprir demandas especializadas de saúde, educação e finanças. A leitura da Tabela 8 evidencia que o setor privado exerce papel decisivo na consolidação da centralidade de Santo Antônio de Jesus, funcionando como um vetor de dinamismo urbano e econômico. No campo da educação, das 48 instituições particulares identificadas na cidade, 43 são de ensino fundamental (42,16%), 4 de ensino médio (36,36%) e 1 de ensino superior (33,33%), o que demonstra que o crescimento educacional local está fortemente sustentado pela iniciativa privada.

Na área da saúde, a presença de 311 leitos hospitalares públicos, correspondentes a 40,87% do total público da região, que o município exerce papel de destaque na oferta de serviços hospitalares, funcionando como polo de atendimento para a população local e para municípios do entorno, o que reforça sua centralidade regional no sistema de saúde. O mesmo se verifica no sistema bancário, no qual 4 agências públicas (36,36%) concentram a maior parte dos serviços financeiros. Essa predominância do capital privado expressa, conforme Lencioni (1999), uma das características marcantes do processo de urbanização recente no Brasil, em que as cidades médias se destacam pela articulação entre funções públicas e privadas na estruturação de seus serviços.

Para Pereira (2018), o fortalecimento do setor terciário em cidades intermediárias é um indicativo de diversificação econômica e de aumento da capacidade de atração de fluxos, contribuindo para a consolidação de novas centralidades regionais. Assim, o predomínio dos serviços privados em Santo Antônio de Jesus confirma seu papel como núcleo dinâmico da rede urbana, no qual o investimento empresarial se alia à função pública de provisão de serviços, reforçando sua autonomia relativa frente à metrópole de Salvador.

Em síntese, a análise da Tabela 8 permite compreender que Santo Antônio de Jesus exerce uma centralidade consolidada em sua região de influência, resultado

da combinação entre hierarquia funcional bem definida, dependência regional e forte presença do setor privado. A cidade reúne proporções expressivas dos serviços de educação superior, saúde e finanças, confirmando o papel de centro de média influência descrito pelo REGIC 2020 (IBGE, 2021). De acordo com Corrêa (2007) e Spósito (2001), essa configuração é típica das cidades médias, que atuam como nós intermediários na rede urbana, articulando fluxos de bens, serviços e pessoas entre as pequenas localidades e as metrópoles. Desse modo, Santo Antônio de Jesus não apenas centraliza funções, mas também organiza e estrutura o espaço regional, funcionando como o principal polo urbano do Recôncavo Sul, cuja influência se estende para além de suas fronteiras administrativas.

**Tabela 8 - Estabelecimentos de Serviços (educação, saúde e bancários)**

<b>Estabelecimentos</b>	<b>Santo Antônio de Jesus</b>	<b>% Em Relção a Região de Influência de Santo Antônio de Jesus</b>	<b>Região de Influência de Santo Antônio de Jesus</b>
<b>Instituições de Ensino Públicas</b>	<b>58</b>	<b>10,34%</b>	<b>561</b>
- Nível Fundamental	52	9,83%	529
- Nível Médio	3	11,54%	26
- Nível Superior	3	50,00%	6
<b>Escolas Privadas</b>	<b>48</b>	<b>41,38%</b>	<b>116</b>
- Ensino Fundamental	43	42,16%	102
- Ensino Médio	4	36,36%	11
- Ensino Superior	1	33,33%	3
<b>Bancos</b>	<b>7</b>	<b>43,75%</b>	<b>16</b>
- Público	4	36,36%	11
- Privado	3	60,00%	5
Unidades de Saúde	5	16,67%	30
<b>Leitos Hospitalares</b>	<b>432</b>	<b>48,76%</b>	<b>886</b>
- Público	311	40,87%	761
- Privado	121	96,80%	125

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2018).; Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC, 2023); Busca Banco (FEBRABAN, 2023); Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CnesWeb, 2023) Organizado pela autora.

Nota\* Foram desconsideradas as Instituições de Educação Superior EAD

A Tabela 9 evidencia que o setor de Serviços e Comércio constitui o principal eixo da economia de Santo Antônio de Jesus, alcançando R\$1.295.484.890,00, o que corresponde a 49,35% da economia total da região de influência. Esse dado confirma a vocação terciária do município, característica de centros urbanos

regionais que se consolidam como nós de intermediação econômica e de fluxos de bens e serviços. Tal predominância reflete a função de Santo Antônio de Jesus como polo articulador da dinâmica regional, especialmente na oferta de serviços especializados e atividades comerciais que atendem à demanda dos municípios vizinhos.

De acordo com Santos (1996), o avanço do setor terciário está diretamente associado à complexificação das relações espaciais e à ampliação das interações entre cidade e região, indicando maior capacidade de comando sobre o território. Nessa mesma linha, Corrêa (1988) destaca que as cidades médias exercem papel fundamental na estruturação da rede urbana ao concentrar atividades que extrapolam suas necessidades locais, funcionando como centros de decisão e redistribuição de fluxos econômicos. Já Sposito (2007) observa que o fortalecimento dos serviços e do comércio sinaliza um processo de diversificação funcional, em que o município amplia sua autonomia econômica e consolida seu papel de centro regional de consumo e prestação de serviços.

O desempenho de Santo Antônio de Jesus na arrecadação de impostos e no setor industrial reforça sua condição de centro econômico polarizador dentro de sua região de influência. O município concentra R\$362.999.470,00 em arrecadação tributária, o que equivale a 58,7% do total regional, e R\$356.941.680,00 em atividades industriais, representando 57,73% da produção da área. Esses números evidenciam não apenas a capacidade de arrecadação e geração de valor agregado, mas também a existência de uma infraestrutura urbana consolidada e de cadeias produtivas diversificadas que atraem investimentos e mão de obra qualificada.

Segundo o IBGE (2022), no estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), cidades médias como Santo Antônio de Jesus assumem papel intermediário na rede urbana, articulando fluxos de bens, serviços e capitais entre os centros maiores e as pequenas localidades de sua área de alcance. Essa função é confirmada pelo peso relativo da indústria e pela expressiva participação nos tributos regionais, que revelam o alcance administrativo e financeiro da cidade.

A participação reduzida da agropecuária, que corresponde a R\$64.110.560,00 ou 7,01% da economia regional, evidencia a predominância das atividades urbanas na estrutura produtiva de Santo Antônio de Jesus. O município demonstra uma

economia orientada para os setores de serviços e indústria, que concentram maior valor agregado e se vinculam diretamente à sua posição de centralidade regional. Essa configuração indica que o espaço rural, embora presente, ocupa papel secundário frente à urbanização consolidada e à especialização das funções econômicas.

Conforme observa Santos (1996), o fortalecimento das funções urbanas decorre da ampliação das técnicas e dos fluxos que organizam o território, reforçando o papel das cidades como instâncias de comando e articulação. Nesse mesmo sentido, Corrêa (1988) destaca que o avanço das cidades médias redefine as relações entre campo e cidade, incorporando as áreas rurais à lógica urbana e subordinando-as à sua dinâmica. Para Sposito (2007), essa especialização reflete o processo de diferenciação interna da rede urbana, no qual determinados centros assumem funções de maior complexidade, ainda que mantenham vínculos de dependência com as demais localidades.

Dessa forma, a baixa representatividade da agropecuária em Santo Antônio de Jesus revela uma economia diversificada, mas essencialmente urbana, orientada por fluxos comerciais e de serviços que extrapolam sua base local. O município consolida-se, assim, como centro polarizador de sua região de influência, onde o rural se integra ao urbano, não mais como espaço produtivo dominante, mas como suporte às atividades que sustentam a centralidade econômica da cidade.

Por fim, fica evidente que a estrutura econômica de Santo Antônio de Jesus demonstra clara predominância dos setores urbanos, com destaque para serviços e comércio (49,35%), seguidos da indústria (57,73%) e da expressiva arrecadação tributária (58,7%). Esses dados confirmam o papel do município como centro econômico regional, cuja dinâmica se apoia na prestação de serviços e na circulação de mercadorias. Conforme apontam Santos (2008) e Corrêa (1989), tal configuração reflete a centralidade das cidades médias na organização das redes urbanas, nas quais o espaço rural assume função complementar. Assim, a baixa participação da agropecuária (7,01%) evidencia uma economia já consolidada sob a lógica urbana, sustentando o caráter polarizador e articulador de Santo Antônio de Jesus no contexto do Recôncavo Sul.

**Tabela 9 - Participação dos setores de atividade na economia de Santo Antônio de Jesus**

Atividade Econômica	Valor		
	Santo Antônio de Jesus	% em relação a região de influência	Região de Influência
Impostos	R\$ 362.999.470,00	58,70%	R\$ 618.409.740,00
Indústria	R\$ 356.941.680,00	57,73%	R\$ 618.302.120,00
Serviços e Comércio	R\$ 1.295.484.890,00	49,35%	R\$ 2.625.078.830,00
Administração Pública	R\$ 371.210.760,00	22,39%	R\$ 1.657.835.760,00
Agropecuária	R\$ 64.126.470,00	7,01%	R\$ 914.311.260,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Organizado pela autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados analisados indicam que Santo Antônio de Jesus consolidou-se como o principal polo urbano de sua região de influência. Esse diagnóstico apoia-se em evidências quantitativas e qualitativas: o município apresenta um Índice de Atração (IA) muito superior aos demais centros da região (IA = 215.886,05 segundo a REGIC/IBGE), concentra cerca de 47% dos estabelecimentos econômicos da área (2.092 de 4.416) e abriga parcela significativa dos serviços de média e alta complexidade, ensino superior, leitos hospitalares e agências bancárias, que atraem fluxos cotidianos de consumo e atendimento. Ademais, a sua posição estratégica em cruzamentos rodoviários (BR-101, BR-324 e BA-245) potencializa o escoamento de mercadorias e a mobilidade intermunicipal, reforçando a capacidade de polarização.

Essa configuração viária favorece a integração territorial e o acesso tanto às cidades menores do entorno quanto a centros de maior hierarquia, como Salvador e Feira de Santana. A cidade desempenha, portanto, um papel de intermediação funcional, atuando como ponto de convergência dos fluxos de bens, serviços e pessoas. Essa condição reforça a sua vocação histórica de entreposto comercial e de centro distribuidor regional, demonstrando que sua centralidade não se estabelece apenas pela concentração de atividades, mas também pela capacidade de conectar diferentes escalas territoriais dentro da rede urbana baiana.

Associada à sua localização estratégica, a base econômica de Santo Antônio de Jesus sustenta-se principalmente nas atividades terciárias, responsáveis por consolidar sua função de polo regional. O comércio e os serviços, em especial os voltados às áreas de saúde, educação, finanças e varejo especializado, configuram os principais vetores de dinamismo urbano. Esses setores não apenas garantem a geração de empregos formais, mas também atraem diariamente fluxos significativos de consumidores e trabalhadores provenientes de cidades vizinhas. Dessa forma, o setor terciário atua como elemento estruturador da centralidade, conferindo à cidade uma economia diversificada e relativamente autônoma em relação à administração pública, característica que a diferencia das pequenas localidades de sua área de influência e reforça seu papel como centro articulador das dinâmicas regionais.

Os resultados apresentados pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades

(REGIC), elaborada pelo IBGE em 2018, confirmam empiricamente o papel de Santo Antônio de Jesus como centro sub-regional A, com forte capacidade de atração e comando sobre sua área de influência. O Índice de Atração calculado para o município supera amplamente os valores dos demais centros locais, evidenciando sua importância na hierarquia urbana baiana. Assim, o posicionamento de Santo Antônio de Jesus na estrutura hierárquica da rede urbana reflete sua capacidade de articular fluxos e serviços em múltiplas escalas, confirmando a coerência entre sua dinâmica funcional e o enquadramento teórico proposto pelos estudos da REGIC.

Todavia, apesar da expressiva centralidade exercida por Santo Antônio de Jesus, o estudo evidencia uma forte desigualdade socioeconômica entre o polo regional e os municípios de sua área de influência. Enquanto a sede concentra os melhores indicadores de renda, emprego formal, infraestrutura e desenvolvimento humano, as cidades menores permanecem marcadas pela dependência administrativa e pela limitada diversificação econômica. Em muitos desses municípios, o poder público é o principal e, por vezes, o único empregador, revelando um padrão de fragilidade estrutural que restringe as possibilidades de crescimento autônomo. Essa discrepância reforça a centralização das oportunidades e a hierarquização da rede urbana regional, na qual Santo Antônio de Jesus se consolida como núcleo dinâmico e as demais localidades assumem papel periférico e complementar.

Entretanto, apesar do dinamismo econômico e da relevância regional alcançada, Santo Antônio de Jesus ainda enfrenta limitações quanto à sua autonomia fiscal e à capacidade de planejamento urbano. A análise das contas municipais demonstra que a cidade mantém elevada dependência de transferências intergovernamentais, que representam cerca de 87% das receitas públicas. Essa condição reduz a margem de investimento em políticas estruturantes e reforça a necessidade de ampliar a arrecadação própria, sobretudo por meio do aprimoramento da gestão do IPTU e de outros tributos locais. Assim, o fortalecimento da autonomia financeira municipal constitui um desafio essencial para que a cidade possa sustentar seu papel de polo regional com maior estabilidade, garantindo a continuidade de investimentos em infraestrutura, mobilidade e serviços públicos de qualidade.

O papel central desempenhado por Santo Antônio de Jesus é resultado de um longo processo histórico de formação urbana e econômica. A ampliação das vias de transporte, como a antiga Estrada de Ferro de Nazaré e, mais tarde, as rodovias federais e estaduais, consolidou sua função de centro distribuidor regional. Ao longo do século XX, o crescimento demográfico, a expansão do setor terciário e o fortalecimento das atividades de comércio e serviços permitiram à cidade alcançar expressivo protagonismo regional. Assim, a centralidade atual de Santo Antônio de Jesus é fruto de um processo histórico contínuo, no qual se articulam fatores econômicos, espaciais e institucionais que moldaram sua configuração urbana e seu papel na rede regional.

A análise empreendida ao longo do trabalho confirma a aplicabilidade dos referenciais teóricos clássicos e contemporâneos sobre centralidade e rede urbana. As proposições de Walter Christaller (1933), em sua Teoria dos Lugares Centrais, mostram-se pertinentes para compreender a hierarquia e a organização dos fluxos entre os diferentes centros da região. De modo complementar, as contribuições de Corrêa (1988, 2004) e Bessa (2005) permitem interpretar a complexidade e a desigualdade das relações interurbanas no contexto brasileiro, destacando o papel das cidades médias como elos intermediários na rede urbana. A partir desse embasamento, observa-se que Santo Antônio de Jesus exemplifica de maneira concreta a dinâmica de polarização e interdependência proposta por esses autores, atuando como centro articulador entre os grandes polos metropolitanos e as pequenas centralidades.

Em síntese, Santo Antônio de Jesus afirma-se como um dos principais nós da rede urbana baiana, exercendo papel articulador entre a metrópole de Salvador e os pequenos centros de sua Região de Influência. Sua centralidade resulta da conjugação entre localização estratégica, diversificação econômica e capacidade de oferta de serviços especializados, o que sustenta sua classificação como cidade média e centro sub-regional. Contudo, a análise também evidencia a persistência de assimetrias estruturais e a dependência econômica dos municípios menores, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à integração territorial e à redução das desigualdades intra-regionais. Assim, a consolidação de Santo Antônio de Jesus como polo regional não deve ser compreendida apenas como um resultado histórico, mas como um processo em constante transformação, que exige

planejamento urbano, fortalecimento institucional e ampliação da autonomia fiscal. O reconhecimento de sua importância funcional e simbólica no território baiano constitui, portanto, não um ponto de chegada, mas uma base para o avanço de estratégias regionais que promovam desenvolvimento equilibrado e sustentável.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R. R.; ARAÚJO, E. A.; NÓBREGA, M. A. R. **O IPTU no Brasil: um diagnóstico abrangente**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 79 p. (FGV Projetos/IDP, v. 4).
- ARAÚJO, M. M. S.; MOURA, R.; DIAS, P. C. Cidades médias: uma categoria em discussão. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: Ipea, 2011. p. 61-75.
- BACELAR, W. K. A. Pequena cidade: uma caracterização. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPECIAIS, 5., 2009, Santa Maria. **Anais...** [S. l.: s. n.], 2009.
- BACELAR, W. K. A. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI, 2012. (Série Estudos e Pesquisas, 94). p. 81-102.
- BACELAR, T. **Cidades médias e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 2009.
- BESSI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.
- BESSA, K. C. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 16, p. 268-288, out. 2005.
- BESSA, K. C. Reestruturação da rede urbana e meio técnico-científico-informacional: reflexões sobre as cidades médias brasileiras. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 20-26 mar. 2005.
- BONETTI, E. **A teoria das localidades centrais segundo W. Christaller e A. Losch**. Centralidade e Regionalização. Rio de Janeiro, 1968.
- BRANCO, M. L. G. C. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 89-111.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Volume XI – Estado da Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 299-301.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas regionais do Brasil 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CHRISTALLER, W. **Die zentralen Orte in Süddeutschland**. Jena: Gustav Fischer, 1933.
- COELHO NETO, A. C. **Médio São Francisco: formação histórica, divisão regional e rede urbana**. Curitiba: Editora CRV, 2025.
- CONTE, C. H. Rede urbana: uma breve abordagem teórica. **Departamento de Geografia da FCT/UNESP**, Presidente Prudente, v. 1, n. 14, p. 76-93, jan. 2014.8. CONTE, C. H. Cidades médias: discutindo o tema. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 45-61, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3516>. Acesso em: 11 set. 2025.
- CORRÊA, R. L. Estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 107-124, abr./jun. 1988.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série Princípios).
- CORRÊA, R. L. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, v. 1, p. 65-78, 2004.
- CORRÊA, R. L. **Regiões e organização espacial do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.
- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 5-12, 2011.
- DAVIDOVICH, F. Redutos da classe média, uma interpretação acerca da urbanização no Brasil. **Cadernos do IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 35-48, dez. 1993.
- JACOBI, P. R. Las causas recientes del crecimiento urbano actual en América Latina e las tendencias de corto plazo. In: CHORNET, A. P. (org.). **Las ciudades de América Latina: problemas y oportunidades**. Valencia: Universidad de Valencia, 1994. p. 73-80.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Nebli, 2016. 155 p.
- LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial e novas espacialidades: o papel das cidades médias. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 13, p. 45-59, 1999.
- LIMA, J. T. **Desenvolvimento e polarização econômica: fundamentos teóricos e aplicação ao caso brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2003.

MOTTA, D. M.; AJARA, C. **Configuração da Rede Urbana do Brasil**. Curitiba, 2001.

NOGUEIRA, M.; GARCIA, R. A. A inserção das cidades médias na rede urbana brasileira. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 61-71, ago./dez. 2007.

OLIVEIRA, M. A.; MOREIRA, R.; LIMA, P. R. Redes urbanas e desenvolvimento regional: uma análise dos centros de influência econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 3, p. 427-448, 2015.

PEREIRA, A. M. A. Cidades médias e reestruturação urbana no Brasil: dinâmicas econômicas e novos papéis regionais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 1, p. 65-84, 2018.

RIBEIRO, M. S. **O papel das atividades comerciais e de serviços na dinamização e organização da área central da cidade de Santo Antônio de Jesus – BA**. 2021. 118 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Territoriais) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

SANTOS, J. M. O. **Entre aldeamentos, vilas e engenhos: etnogêneses e reconfigurações sociais indígenas no Recôncavo da Bahia (1580-1640)**. 2021. 403 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SANTOS, M. A nova urbanização diversificação e complexidade. In: SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 49-56.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEBRAE. **Atlas dos Pequenos Negócios 2022**. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2022.

SILVA, A. O. C. **Santo Antônio de Jesus: urbanização e funções urbanas**. Salvador: EDUFBA, 2021.

SILVA, L. C. R. da (Org.). **Atlas geográfico escolar do município de Santo Antônio de Jesus-BA**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022. 88 p.

SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho, cidades médias. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17, 2002.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Presidente Prudente (SP): Pós-Graduação em Geografia – FCTUNESP**, n. 6, 1999.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. Cidades médias e pequenas: Reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: SEI. **Cidades médias e pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 229-250. (Série estudos e pesquisas, 87).

SOUZA, Edinélia M. Oliveira; SOUZA, Edilma Oliveira. **Modernização e vida urbana na cidade de Santo Antônio de Jesus - BA.** In: SIMPOSIO INTERNACIONAL GLOBALIZACIÓN, INNOVACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE REDES TÉCNICAS URBANAS EN AMÉRICA Y EUROPA, 1890-1930, 2012, Barcelona. **Anais** [...]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: [s. n.], 2001. p. 609-643.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e o urbano contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2001.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Contexto, 2001.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TOMASONI, S. M. R. P. **Dinâmica socioespacial da produção de fogos de artifício em Santo Antônio de Jesus-BA: território fogueteiro.** 2015. 167 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, 2015.

WENDEL, H. Do rural ao urbano: Dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. In: DIAS, P. C.; SANTOS, J. (org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos.** Salvador: SEI, 2012.